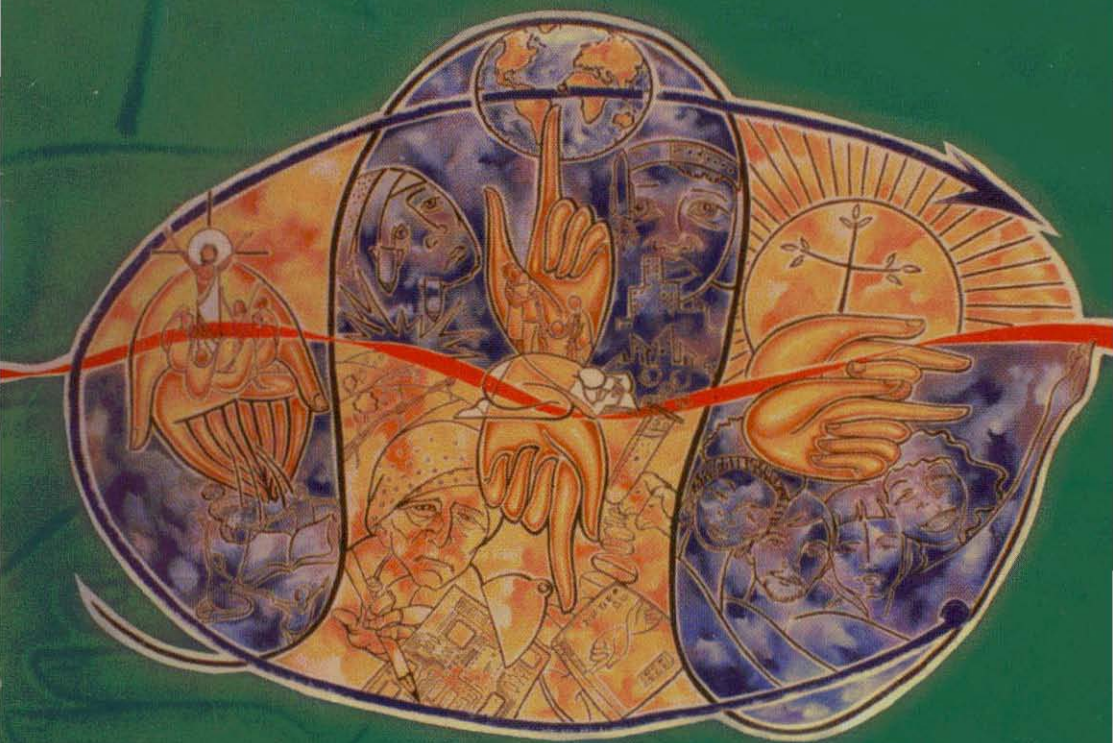


CONVERGÊNCIA



- A Campanha "Jubileu 2000" e "Jubileu Sul" no Brasil
 - Há uma esperança para o teu futuro" (Jr 31,17)
- Despontar do novo para além das agruras do presente
- O impacto da cultura da comunicação na vida religiosa
 - Homossexuais e Ética Cristã



Sumário

EDITORIAL	513
PALAVRA DO PAPA	516
INFORME CRB	518
ARTIGOS	525
A Campanha "Jubileu 2000" e "Jubileu Sul" no Brasil	525
BERNARD LESTIENNE	
"Há uma esperança para o teu futuro" (Jr 31,17)	
Despontar do novo para além das agruras do presente	538
JADEMIR VITÓRIO S.J.	
O impacto da cultura da comunicação na vida religiosa	558
VERA IVANISE BOMBONATTO	
Homossexuais e Ética Cristã	565
BERNARDINO LEERS, OFM	

A ilustração da capa da Convergência 2002 é uma cópia do painel da XIX Assembleia Geral da CRB (2001), do autor Anderson S. Pereira, MSC. O painel chama atenção para a importância e a atualidade da temática central da Assembleia: Tempo de sinais. Sinais dos tempos.



CONVERGÊNCIA

Revista mensal da Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB

ISSN 0010-8162

DIRETORA RESPONSÁVEL:

Ir. Maris Bolzan, SDS

REDATOR RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB

(Reg. 12679/78)

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenadora:

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Conselho Editorial:

Ir. Romi Auth, FSP

Pe. Francisco Taborda, SJ

Pe. Jaldemir Vitória, SJ

Pe. Cleto Caliman, SDB

DIREÇÃO, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24/4º andar

CEP 20038-900 - Rio de Janeiro - RJ

Tel. (21) 2240-7299

Fax (21) 2240-4486

E-mail: crb@crbnacional.org.br

PROJETO GRÁFICO E PRODUÇÃO:

LetraCapital Editora

Av. Rio Branco 257 - Salas 401/402

CEP 20040-009 - Rio de Janeiro - RJ

Tel. (21) 2215-3781

Fax (21) 2224-7071

E-mail: letracapital@letracapital.com.br

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do PDF sob o nº P. 209/73

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Assinatura

Anual

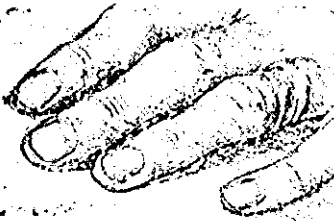
para 2002

Brasil: R\$ 80,00

Exterior: US\$ 85.00 ou o correspondente em R\$ (Reais)

Número avulsos: R\$ 8,00 ou US\$ 8.50

Editorial



Na esperança avançamos para o futuro

CLETO CALIMAN, SDB

No momento em que escrevo esse editorial ainda não aconteceram as eleições de 6 de outubro. Na expectativa dos resultados, qualquer que seja o vencedor, o importante é que elas aconteçam como festa da cidadania. E a Vida Religiosa não pode ficar de fora. Solidária com o povo, ela também participa desta festa que alimenta a esperança de um futuro “para além das agruras presentes”. Em clima de transição, as incertezas que marcam esse futuro ainda não demarcado não nos devem paralisar, numa atitude fatalista. Pelo menos ficam para trás oito anos de um modelo econômico que está deixando o país “de pires na mão” e milhões de desempregados e excluídos. Agora é preciso respirar fundo e criar coragem para olhar de frente o futuro, buscando fortalecer a esperança de dias melhores, sonhando com uma sociedade mais justa e solidária.

Tempo de transição é momento adequado para preparar as sementes de um mundo diferente do que está aí. Em tempos de globalização desumana e sem alma, do “pensamento único” e do neoliberalismo triunfante, sem esperança para os pobres; em tempos em que

se desvela à tentação imperial de uma guerra anunciada, a “guerra preventiva” contra o “eixo do mal”, satanizando países e povos; em tempos em que a lógica da exclusão condena grupos humanos e povos inteiros à miséria e à fome, temos que encontrar forças não só para gritar, protestar, mas sobretudo para nos organizar num grande mutirão de solidariedade em todos os níveis, micro e macro, local, nacional e internacional. O núcleo forte desse mutirão de solidariedade há de ter outra lógica, a da pessoa humana em sua dignidade inalienável, a da inclusão de todos na mesa da vida, a de um Deus próximo, solidário e misericordioso para com todos os seus filhos e filhas. Neste contexto de transição, a revista *Convergência* nos oferece para nossa reflexão os seguintes artigos:

1) De Bernard Lestienne, *A Campanha “Jubileu 2000” e “Jubileu Sul” no Brasil*. Ele sintetiza o conjunto da “Campanha Jubileu”, no Brasil, desde 1998 até hoje. Campanha chamada “Jubileu 2000” até o final do ano 2000 e, depois, “Jubileu Sul”. O exemplo brasileiro é rico e original sob diversos ângulos: primeiramente, sua amplidão

culminando com a organização de dois plebiscitos populares – sobre a dívida externa e sobre a ALCA – atingindo um imenso território; a variedade de seus modos de atuação; sua dimensão de massa; a multiplicidade, diversidade e unidade de seus agentes; seu impacto na vida política do país; e a repercussão em nível internacional junto a outras campanhas do Jubileu. O artigo também apresentará o importante papel do setor das pastorais sociais da CNBB (Conferência dos Bispos do Brasil) na promoção e unificação do setor popular da sociedade civil.

2) De Pe. Jaldemir Vitorio S.J. que nos ajuda a aprofundar a XIX AGO da CRB, focalizando a esperança que deve fortalecer a Vida Religiosa: “*Há uma esperança para o teu futuro*” (Jr 31,17). *Despontar do novo para além das agruras do presente*. Somos convidados a ampliar nosso horizonte de esperança “para além das agruras do nosso presente” frente a “um acentuado clima de pessimismo que ronda a Vida Religiosa... O carisma fundacional de muitas Ordens e Congregações diluiu-se, a ponto de lhes faltar chão debaixo dos pés. As críticas levantadas pela sociedade moderna, super-valorizando o hedonismo e o individualismo, o materialismo e o consumismo, tendem a esvaziar o espírito da Vida Religiosa... tida como anacrônica, perde a sua relevância social... Em alguns âmbitos, ela passa por um processo de involução... Comunidades de inserção entre os pobres são fechadas. A presença entre os empobrecidos parece ter perdido o seu fascínio. Prefere-se o “oba-oba” dos shows-missa, da espiritualidade *light*,

dos símbolos exteriores e dos projetos de vida nada radicais. Aí está um grande desafio para nós.

3) De Vera Ivanise Bombonato, que nos fala do *Impacto da Cultura da Comunicação na Vida Religiosa*. Ela mesma nos explica: “No crescente e complexo processo de globalização que caracteriza a nossa sociedade, a revolução tecnológica da comunicação e sua incidência nas rápidas transformações sócio-culturais é uma das grandes novidades. A dinâmica da sociedade está fortemente norteadas pela mídia e pelas técnicas de transmissão das informações. As mudanças se processam de forma tão rápida que nem sempre é possível acompanhar o seu ritmo veloz, perceber seu significado e a abrangência de suas implicações mais secretas”. Tudo isso incide, e como não, no cotidiano da Vida Religiosa.

4) Por fim, fazendo ressonância com a delicada temática da homossexualidade, Fr. Bernardino Leers, nos oferece oportuna reflexão sobre *Homossexuais e Ética cristã*. Ele nos introduz nessa difícil questão: “Hoje em dia, o processo de libertação pessoal e social dos homossexuais chama a atenção. De um lado, em várias formas, os homossexuais se reúnem e fazem suas manifestações em praça pública, de outro, estão sendo ligados à divulgação da AIDS e escândalos de padres e religiosos por abusos sexuais. A opinião pública tende a confundir tudo, apesar da ausência total de verificações científicas. Pela convocação das autoridades eclesiais norte-americanas em Roma, a vaga nuvem de suspeitos se levantou, que atinge também os homossexuais, incluindo-os num círculo

de tolerância-zero. Esconder em baixo da mesa fatos humanos importantes em número e espécie é uma tática de camuflagem que de um lado, arrisca que as feridas da sociedade apodreçam, e, de outro, que as vítimas encontrem ainda maiores resistências à sua libertação". Fr. Bernardino, com a perspicácia de sempre, nos ajuda a enxergar

com a inteligência e o coração o drama que perpassa a sociedade, a Igreja e a Vida Religiosa do ponto de vista da ética cristã.

Desejo a todos e todas que tenham bom proveito com esse número da Revista Convergência. Que ela nos ajude a avançarmos, na esperança, para o futuro.



Palavra do Papa

Mensagem do Papa João Paulo II ao Cardeal Roger Etchegaray por ocasião do XVI Encontro Internacional Pela paz

*Ao venerado Irmão Cardeal
ROGER ETCHEGARAY
Presidente emérito do Pontifício
Conselho "Justiça e Paz"*

Digne-se aceitar, Senhor Cardeal, a minha afetuosa saudação, que lhe peço para transmitir aos ilustres participantes no XVI Encontro Internacional de Oração pela Paz, programado em Palermo, com o tema *"Religiões e Culturas entre conflito e diálogo"*.

Saúdo o Arcebispo de Palermo, o Senhor Cardeal Salvatore De Giorgi, as queridas Igrejas da Sicília e os seus Pastores. Tenho a certeza de que estes dias de reflexão e de oração ajudarão os habitantes da Sicília a fazer da sua ilha, com maior consciência, uma terra de acolhimento e de solidariedade, de coabitação e de paz. De fato, a Sicília tem por vocação ser encruzilhada, no centro do Mediterrâneo, entre o Norte e o Sul, e entre o Oriente e o Ocidente.

2. O encontro de Palermo, já próximo, leva-me com o pensamento a Assis, àquele dia 27 de outubro de 1996, quando convidei, pela primeira vez, os representantes das Igrejas, das comuni-

dades cristãs e das grandes religiões a rezar pela paz, uns ao lado dos outros. E Vossa Eminência, Senhor Cardeal, foi um dos principais artífices daquela memorável jornada, que assinalou o início de uma nova forma de se encontrar entre crentes de várias religiões: não na contraposição recíproca e muito menos no desprezo recíproco, mas na busca de um diálogo construtivo em que, sem cair no relativismo nem no sincretismo, cada um se abre aos outros com estima, estando todos conscientes de que Deus é a fonte da paz.

Desde então, e quase prolongando o "espírito de Assis", continuou-se, ano após ano, a organizar esses encontros de oração e de reflexão comum. Graças a Deus, não são poucos os casos em que o "espírito de Assis", favorecendo o diálogo e a compreensão recíproca, deu frutos concretos de reconciliação. Por conseguinte, estamos chamados a apoiá-lo e a difundi-lo, percorrendo os caminhos da justiça e contando com a ajuda de Deus, que sabe abrir caminhos de paz onde os homens não são capazes.

No nosso tempo, viver este espírito é ainda mais necessário. Por isso, no

passado mês de janeiro, quis voltar a Assis juntamente com os representantes das Igrejas cristãs e das grandes religiões, depois dos trágicos acontecimentos de 11 de setembro do ano passado. Em Assis, que se tornou uma espécie de agora da paz entre os povos, recordei que é preciso diminuir as nuvens da suspeita e da incompreensão. Mas as trevas não se dissipam com as armas; afastam-se acendendo faróis de luz (cf. *Discurso em Assis*, 24 de Janeiro de 2002, 1; *L'Osserv. Rom.*, 25/01/2002, pág. 6).

3. No dia 1 de setembro, em Palermo, estes faróis de luz acenderam-se de novo para projetar os próprios raios luminosos em toda a área do Mediterrâneo, lugar de antiga coabitação entre religiões e culturas diversas, mas também teatro de graves incompreensões e de conflitos cruéis. Penso sobretudo na Terra Santa, que caiu numa espiral que parece ser de uma violência sem fim.

Quantos povos são oprimidos, não só por dolorosos conflitos, mas também pela fome e pela pobreza, especialmente na África, continente que parece encarnar o desequilíbrio existente entre o Norte e o Sul do planeta! Eleve-se, de Palermo, um novo apelo para que todos, responsavelmente, se empenhem pela justiça e solidariedade autêntica.

4. O tema do Congresso dá a oportunidade de se fazer uma análise ampla da situação no planeta e para avali-

ar quais devam ser os esforços a realizar juntos.

“Quais os fundamentos sobre o que é preciso construir para a nova época histórica?”. Esta pergunta, que provém das grandes transformações do século XX, interpela as nossas tradições religiosas e as diversas culturas. “É suficiente, perguntei aos jovens reunidos em Toronto para a recente Jornada Mundial da Juventude, confiar na revolução tecnológica, hoje em ato, que parece respeitar unicamente os critérios da produtividade e da eficiência, sem fazer referência à dimensão espiritual do indivíduo ou a quaisquer valores éticos universalmente compartilhados?” (*Discurso na Vigília*, 27 de Julho de 2002).

A urgência do momento recorda à humanidade que só no rosto de Deus podemos encontrar a razão da nossa existência e a raiz da nossa esperança. Oxalá o Congresso de Palermo favoreça esta tomada de consciência geral e contribua para edificar um mundo mais livre e fraterno.

Garanto a minha participação espiritual e peço de coração a Deus todas as bênçãos sobre os trabalhos do Congresso e sobre todos os participantes.

Castelgandolfo, 29 de agosto de 2002.

Joannes Paulus II



1. Seminário da CLAR

A CONFERÊNCIA LATINO-AMERICANA DOS RELIGIOSOS, CLAR, está realizando seminários com a finalidade de avaliar a realização do primeiro volume de seu projeto *"Pelo Caminho de Emaús"* e preparar os animadores do segundo volume que já está editado pelas Conferências da América Latina e Caribe. Na semana de 09 a 13 de setembro, aconteceu o do Cone Sul, em Buenos Aires.

Participantes:

Assessores da CLAR

Ir. Silvia Vallejo, vice-presidente

Frei Dario Carrera, teólogo

Alejandro Ortiz, sociólogo

Representantes da Argentina, Uruguai, Chile e Brasil, estando ausente o Paraguai, que apresentou suas justificativas.

Ir. Maria Inez de Oliveira, P. Gap, da Comissão Executiva da Nacional, e Ir. Regina Maria Cavalcanti, RA, Presidente da CRB Regional do Rio de Janeiro, participaram do evento como representantes da CRB.

Tudo estava bem preparado e acolhedor. Já no aeroporto, quem chegava era recebido pelo esposo da secretária da Conferência Argentina dos Religiosos que, amavelmente, os/as conduzia à casa das Irmãs Lourdin

onde se realizou o seminário. Estas, por sua vez, souberam dar a essa hospedagem um sentido de serviço importantíssimo à Vida Religiosa a fim de que tudo corresse bem.

Foi um momento de trabalho intenso em que os países partilharam as experiências vividas, com muita criatividade e adaptações necessárias, a cada realidade. Por todos os lados, durante o desenvolvimento da primeira etapa, houve uma significativa busca de aprofundamento do encontro de Jesus com os dois discípulos depois da Ressurreição, segundo o relato de Lucas no capítulo 24. Hoje ainda, no processo de partilha ao longo do caminho, o mesmo *Ressuscitado* revela a sua presença, abrindo os olhos não só *de dois*, mas de uma infinidade de religiosas e religiosos do nosso continente, até chegar à experiência do encontro com Ele. Diante do que se pretende ver, com mais clareza, Ele insiste em mostrar à Vida Religiosa que o mais importante é buscar o lugar da fonte em que possa saciar sua sede de descoberta da sua fisionomia, *nesse momento da história*. O encontro com o *Ressuscitado* anima a *buscar o Deus da Vida*, descobrindo-O no meio do povo que *busca, também, si-*

nais de vida e de esperança num mundo tão conturbado. A certeza da presença de Jesus alimenta a comunhão imprescindível à Vida Religiosa na diversidade latino-americana, que necessita reunir suas forças em torno do mesmo ideal, a fim de, ao menos, vislumbrar os caminhos da *refontização*, a partir de um compromisso maior com a Palavra Deus, os apelos da humanidade, os acontecimentos e fatos da história, deixando-se evangelizar pelos pobres.

A segunda etapa do projeto propõe um aprofundamento das quatro linhas inspiradoras da CLAR, partindo da atenção que deve ser dada aos *Sinais dos tempos – olhar para a história com outros olhos, “um novo olhar”*. *Olhar contemplativo.* Toda a realidade está repleta de Deus. Os três eixos fundamentais, **Espiritualidade, Pessoa e Comunidade, Compromisso histórico transformador**, dizem respeito à Pessoa, à Comunidade e à Congregação, em vista de uma maior sensibilização diante da realidade e do conseqüente compromisso transformador. Por isso é importante, sentir-se agente da história tendo sempre em vista um questionamento: *O que a realidade tem a ver comigo? O que eu tenho a ver com a realidade?* Para isso é preciso “*olhar no espelho*”, *ver como me encontro, como nos encontramos.* Descobrir como somos requer uma grande valentia. Mas tudo é possível quando se aceita fazer a experiência do discipulado como em Emaús, impulsionadas e impulsionados pela

seiva nova haurida *desse encontro.*

Isso é uma pequena síntese das reflexões que trouxeram luzes para a avaliação. A partilha sobre o que está acontecendo nessa caminhada confirma a presença do Espírito no meio da Vida Religiosa, garantindo a possibilidade de se *fazer coisas novas*, nesse momento de purificação experimental em todos os países. A experiência de fraternidade foi muito rica. Embora todos latinos, as diferenças culturais são evidentes. Nada impediu o clima simples e espontâneo, o interesse comum e a comunicação, além da constatação de que temos dificuldades, desafios, sofrimentos e tristezas semelhantes. Entretanto, uma grande esperança anima e garante a **ALEGRIA** que nos caracteriza dentro do quadro mundial. O fato de ter sido realizado na Argentina ajudou as/os participantes a perceberem um pouco mais a situação deste país no momento atual, reforçando os laços de solidariedade com a CONFÉRENCIA DOS RELIGIOSOS DA ARGENTINA (CONFAR), a quem agradecemos por não ter poupado esforços a fim de proporcionar uma acolhida calorosa e aconchegante às/aos participantes. Agradecemos à CLAR pela iniciativa que, além de dar força a seu projeto, favoreceu as relações entre países vizinhos que precisam apoiar-se mutuamente, começando pela partilha de seus anseios e esperanças e, quem sabe, ver realizado o sonho de se “*fazer parcerias pelo Reino do mesmo Jesus Ressuscitado do Caminho de Emaús*”.

2. Pronunciamento dos Bispos do Canadá sobre a ALCA

A Conferência dos Bispos Católicos do Canadá (CCCB-CECC), através de sua Comissão de Assuntos Sociais, publicou, com o patrocínio também do CELAM e da Conferência dos Bispos dos Estados Unidos, um importante documento sobre a ALCA, tendo como título:

“Vendendo o futuro”

Nesse documento, os bispos canadenses, partindo da experiência já em andamento do Nafta, e constatando que a Alca é a proposta de extensão do mesmo tratado para toda a América, apontam claramente para as conseqüências negativas já constatadas na aplicação do Nafta, e advertem para os perigos contidos na proposta da Alca, sobretudo porque a Alca reivindica para os investimentos uma proteção indiscriminada, tirando dos Estados a capacidade de intervir para a defesa dos interesses públicos e do meio ambiente.

O documento conclama os cidadãos da América a participar desse debate, pois ele é crucial para o futuro comum de nossos povos.

1- Síntese do documento

1.1. A natureza do tratado – Não é só “livre comércio”.

O documento inicia chamando a atenção para o alcance da proposta da Alca, que não se limita a ser um tratado de “livre comércio”, mas que é sobretudo uma tentativa de proteção total dos investimentos, afetando a sobe-

rania dos Países, tirando-lhes a capacidade de proteger o meio ambiente, e negando o direito da participação democrática do povo na determinação dos rumos do seu governo.

1.2. A proteção total aos investimentos

O documento constata que a proposta da Alca pretende incluir, ao pé da letra, o capítulo 11 do Nafta, que concede direitos privilegiados aos investimentos, restringindo a capacidade de intervenção dos Estados, e estabelecendo instâncias de arbitragem internacional para dirimir os conflitos, passando por cima, desta maneira, da legislação estabelecida em cada país.

Desta maneira, o Nafta estabeleceu, e a Alca quer estabelecer, o que foi rejeitado veementemente pela opinião pública mundial quando foi proposto o famoso “AMI”, o “acordo multilateral de investimentos”, que propunha para os investimentos os privilégios que agora estão contidos no capítulo 11 do Nafta.

Os bispos canadenses advertem que este é o perigo maior da Alca. Para ressaltar a gravidade da proposta, o documento cita quatro casos concretos, em decorrência do Nafta, em que companhias multinacionais exigiram indenização por “lucros cessantes”, diante de restrições que os Estados precisaram fazer, em vista de prejuízos ao meio ambiente e à saúde pública causados por indústrias.

1.3. Leitura crítica dos resultados

O documento adverte que não se pode, ingenuamente, achar que o tratado da Alca se reduz a incentivar o comércio entre os países. Nem se pode ficar só na leitura de alguns dados superficiais, que apontam para o crescimento econômico daí resultante. Pois a questão chave está no processo de empobrecimento crescente de grande parte da população, em decorrência de um processo de concentração dos ganhos nas mãos de um restrito número de grandes empresas.

1.4. Os dados concretos

Para isto, cita dados concretos, tanto do Canadá como do México, e também nos Estados Unidos. No México, por exemplo, depois que entrou em vigor o Nafta, o poder aquisitivo do salário mínimo diminuiu em 50 por cento. No Canadá, os dados mostram que os vinte por cento mais ricos aumentaram sua porcentagem de riqueza de 41 para 45 por cento, enquanto os 20 por cento mais pobres diminuíram sua fatia de 3,8 para 3,1. Nos Estados Unidos a entrada no Nafta produziu a perda de 760.000 postos de trabalho, pois as multinacionais deslocam sua produção para explorar os salários mais baixos em outros países, aumentando assim seus ganhos, e acentuando o processo de concentração e de empobrecimento da população.

1.5. A missão da Igreja

Diante disto, os bispos do Canadá observam que “é evidente que a produção de maior riqueza não leva, por si mesma, a uma distribuição mais equitativa desta riqueza, e que a ‘nova economia’

produz maior desigualdade de uma maneira ainda mais veloz do que antes”.

Diante disto, conclui o documento,

“Se, efetivamente, a globalização é de certa forma inevitável, então é claro que a Igreja tem uma missão essencial em humanizar os seus objetivos e finalidades. Com a implantação da Alca, a Igreja precisa oferecer mais ainda uma reflexão ética em torno de temas tão críticos”.

2- Advertências dos Bispos do Canadá

2.1. O que está em jogo

O documento inicia chamando logo a atenção para a proposta mais preocupante do Nafta e da Alca, que é a proteção indiscriminada aos investimentos, com garantia total para seus lucros, em prejuízo das finalidades públicas da economia e do poder dos Estados em intervir em favor do bem comum. Diz textualmente o documento:

“Das preocupações que resultam do Nafta, uma de grande importância é a que decorre da capacidade atribuída a companhias particulares de demandar contra os Estados no caso de aparentes perdas de lucros. Estas demandas ou reclamações afetam, em primeiro lugar, a condição soberana dos Estados, em segundo lugar, a capacidade de proteger legalmente o meio ambiente, e por último, a participação democrática do povo em seu futuro governo”.

2.2. A concentração progressiva produzida pelo tratado

Alertando que não podemos nos enganar com a apresentação de dados

relativos ao crescimento econômico, os bispos constatam que o tratado do Nafta acelerou, nos três países, a distância entre ricos e pobres:

“Os que apóiam o Nafta, assinalam indicadores econômicos gerais, como prova dos benefícios do tratado. Porém debaixo destes dados se esconde um substrato de sombras. Os três países apresentam um distanciamento crescente entre ricos e pobres em suas sociedades, com o aumento nas dificuldades e incertezas sobre o futuro para a maioria dos cidadãos, enquanto um número cada vez menor de investidores, executivos e profissionais se tornam cada vez mais ricos”.

2.3. A economia fora do controle da cidadania e da autoridade dos governos

A seguinte observação dos bispos do Canadá preocupa pelas consequências a longo prazo que a Alca poderá trazer, em termos de colocar a economia acima dos interesses das populações e do alcance dos governos. Diz o documento:

“Quem observa com preocupação o processo da ALCA, o descreve como o tratado de comércio e de investimentos mais avassalador da história. Sérios indícios deixam entrever de que forma o comércio e os investimentos poderiam se desligar de qualquer forma de controle da cidadania e da autoridade dos governos legitimamente eleitos, deixando às corporações transnacionais e aos tribunais comerciais o poder de operar de forma independente e secreta.”

2.4. A proteção total aos investimentos e a desproteção dos interesses públicos

A advertência mais séria que os bispos do Canadá fazem, se refere ao capítulo 11 do Nafta, que se pretende transcrever pura e simplesmente para a Alca, e que consiste na proteção total dos investimentos, criando-se instâncias supranacionais e secretas para dirimir eventuais conflitos com os Estados. Assim, ficam atropelados direitos estabelecidos por legislações nacionais, e fica diluída a soberania dos Estados para determinar condições, objetivos e interesses dos países na condução da ordem econômica. Diz o documento:

“A proposta da Alca inclui, virtualmente ao pé da letra, a totalidade do texto do Nafta no que se refere aos mecanismos de relação entre o Estado e os investidores, o que permitiria às corporações estrangeiras gozar de direitos particulares na utilização de instância de arbitragem internacional a portas fechadas e não sujeitas a prestar contas de suas decisões, em lugar de utilizar as cortes domésticas, dissolvendo assim leis e regulamentos promulgados democraticamente em todas as Américas”.... “O objetivo primordial do Capítulo 11 foi de limitar a capacidade dos governos de proteger o meio ambiente, a saúde e outros valores públicos, diante dos interesses comerciais”

Em síntese, as multinacionais entendem que elas não precisam, nem querem, ter nenhum compromisso com o meio ambiente nem com os objetivos públicos da economia, na suposição que elas tem o direito de buscar, incondicionalmente, todos os lucros que

podem auferir de seus investimentos. É a aplicação globalizada do lema do liberalismo: "Fiat quaestus, et pereat mundus - Haja o lucro, e pereça o mundo!"

3. Os casos concretos

Para não ficarem só em advertências teóricas, o documento cita quatro casos concretos de demandas de multinacionais contra os Governos, amparadas no Capítulo 11 do Nafta, entre quinze já documentadas:

3.1. A "ETHYL CORPORATION"

Uma companhia americana sediada no Estado da Virgínia, que exigiu do Canadá uma indenização de onze milhões de dólares porque o governo canadense denunciou que o seu produto era prejudicial à saúde. Se fosse proibida de continuar produzindo a substância, a companhia exigia uma indenização de 250 milhões de dólares. Mas como o governo canadense cedeu, e não proibiu, a companhia se contentou em cobrar os onze milhões, como advertência, e continua produzindo o produto tóxico, mas que lhe dá lucros!

3.2. A "S.D. MYERS"

Contra o governo do Canadá, exigindo a indenização de vinte milhões de dólares porque ficou proibida de produzir, por dois anos, os transformadores contendo um tóxico prejudicial à saúde.

3.3. A demanda, ainda em andamento da "METHANEX CORP."

Esta companhia, com sede em Vancouver, está pleiteando do governo americano a quantia de 970 milhões de

dólares, alegando estar tendo prejuízo com a polêmica levantada pelo Estado da Califórnia, o qual alega que o produto químico da Methanex contamina os mananciais de água, trazendo um grave risco para o meio ambiente. A questão ainda não está decidida, mas o caso revela bem o espírito decorrente das exigências dos investidores, garantidas no capítulo 11 do Nafta.

3.4. O caso da "METALCHAD"

Contra o governo do México: é uma companhia americana, que comprou os direitos de tratamento do esgoto no município de Guadalcázar, no México. O município constatou que a empresa tinha contaminado os mananciais de água, e negou a licença para o seu funcionamento. A companhia pediu uma indenização de noventa milhões de dólares, que representam uma soma maior do que os ganhos anuais de todos os habitantes do município. A decisão do tribunal especial determinou que o governo mexicano pagasse à companhia a quantia de 16,7 milhões de dólares como indenização.

4. Apelos finais

Os bispos do Canadá concluem o seu documento, ressaltando as consequências negativas da maneira como foi implantado o Nafta, e da maneira como se estão levando adiante as negociações sobre a Alca.

Quanto às consequências negativas, o documento enfatiza que "*a busca desregrada de lucro industrial incrementa a destruição ecológica, e o contínuo endividamento das nações pobres.*" Destaca a pobreza crescente, afetando sobretudo mulheres e crianças, "en-

quanto se reduz o orçamento para programas sociais e de saúde, e os postos de trabalho são precarizados”.

Dois apelos são feitos de maneira mais direta: à cidadania, e aos líderes políticos:

4.1. Para a cidadania:

“Os cidadãos do continente precisam se mostrar capazes de contribuir mais com estes debates tão cruciais, que determinam nosso futuro comum”.

4.2. Para os líderes:

“Os líderes são urgidos a enfrentar o impacto social e ecológico de um mercado aberto, enfatizar os direitos humanos e as estruturas democráticas,

e promover um desenvolvimento que respeite a dignidade dos indivíduos e das comunidades”.

5. O compromisso da Igreja

A observação final do documento se refere à responsabilidade da Igreja:

“Se, efetivamente, a globalização é de certa forma inevitável, então é claro que a Igreja tem uma missão essencial em humanizar os seus objetivos e finalidades. Com a implantação da Alca, a Igreja precisa oferecer mais ainda uma reflexão ética em torno de temas tão críticos”.

**Síntese de Dom Demétrio Valentim,
bispo de Jales (SP)**

A Campanha "Jubileu 2000" e "Jubileu Sul" no Brasil

BERNARD LESTIENNE

Este artigo sintetiza o conjunto da "Campanha Jubileu", no Brasil, desde 1998 até hoje. Campanha chamada "Jubileu 2000" até o final do ano 2000 e, depois, "Jubileu Sul". O exemplo brasileiro é rico e original sob diversos ângulos: primeiramente, sua amplidão culminando com a organização de dois plebiscitos populares – sobre a dívida externa e sobre a ALCA – atingindo um imenso território; a variedade de seus modos de atuação; sua dimensão de massa; a multiplicidade, diversidade e unidade de seus agentes; seu impacto na vida política do país; e a repercussão em nível internacional junto a outras campanhas do Jubileu. O artigo também apresentará o importante papel do setor das pastorais sociais da CNBB (Conferência dos Bispos do Brasil) na promoção e unificação do setor popular da sociedade civil.

Serão apresentados, brevemente, o contexto sócio-político da Campanha e a dramática dimensão da dívida pública no Brasil, antes de se percorrer as principais etapas da Campanha: Semanas Sociais, Simpósio, Tribunal, Plebiscito sobre a dívida externa, Audito-

ria, Tribunal Internacional, Plebiscito sobre a ALCA, e a elaboração dos objetivos, agentes, métodos e resultados dessas etapas.

Contexto sócio-político e econômico: perda de soberania

O Brasil não é um país pobre, mas um país onde existem muitos pobres, onde a riqueza é muito mal distribuída. O Brasil é um país rico e magnífico, repleto de recursos naturais, humanos e culturais. Infelizmente, esses recursos estão, pouco a pouco, sendo sacrificados. A própria soberania do país está cada vez mais ameaçada.

A dívida pública, interna e externa, multiplicada por 6 ou 7 nos anos 90, priva 90% da população (classes média e pobre, e setor dos excluídos) dos frutos do progresso. O país se empobrece enquanto é "vendido" ao estrangeiro. O país está exangue e o Estado despojado, incapaz de investir no campo social e no das infra-estruturas. A dívida está fora de controle, e submete o país aos ditames do FMI e dos países credores.

Os Estados Unidos, que já instala-

ram um sistema de "controle de segurança das fronteiras", recorrem a todo seu poder político a fim de obter uma "base de lançamento" (62.000 hectares), num lugar estratégico, nos confins da Amazônia (Alcântara, perto de São Luís, MA), para reforçar seu poderio militar e espionagem na região. Ferozes apetites estrangeiros se manifestam, atraídos pela imensidão das riquezas (água, biodiversidade, minerais), ainda inexploradas da Amazônia.

Enfim, o desejo dos Estados Unidos de estabelecer uma zona de livre comércio para as três Américas (ALCA em português e espanhol)¹ acentua o medo de se perder a soberania nacional. A ALCA é percebida muito mais como um projeto de anexação e subordinação do que como um acordo de integração da região. Não é difícil interpretar as reais intenções dos Estados Unidos. A desigualdade entre as partes é tão grande que a livre negociação não existe. Os Estados Unidos ditam as regras que orientarão o conjunto das relações entre os países. O acordo não se refere somente às relações comerciais, mas a todos os setores da vida econômica, política, social e cultural. Para o Brasil, principal potência econômica da região (metade do PIB da América do Sul), os riscos de absorção são mais sensíveis. A ALCA provocaria um impacto imenso no conjunto da vida do país.

É preciso situar os diferentes momentos e as diversas formas da Campanha "Jubileu 2000/Sul" neste quadro de uma tríplice estratégia de do-

minação do país: financeira e econômica, pela dívida e os investimentos; político-militar pela implantação de uma base, e comercial, pela duplicidade da ALCA.

Situação da dívida

Como seu vizinho argentino, o Brasil segue uma rigorosa política neoliberal, desde o início dos anos 90. As conseqüências são semelhantes, e as ameaças de desestabilização idênticas. Se ele não tivesse desvalorizado sua moeda, em janeiro de 1999, o Brasil poderia estar num impasse tão dramático como o de seu vizinho. Privatizações, abertura das fronteiras, desregulamentações, desvalorização da moeda, alta taxa de juros de investimentos da dívida interna para atrair os capitais estrangeiros, redução do papel do Estado etc: o acordo de Washington é cumprido rigorosamente. O país paga escrupulosamente suas dívidas, porém, elas não param de crescer. O total da dívida externa era de 73,96 bilhões de dólares no final de 1981; vinte anos depois, final de 2000, triplicou para 236,16 bilhões. Durante esses vinte anos, o país pagou 257,29 bilhões de dólares pelos juros, e 346,03 bilhões pela amortização do capital.

A situação interna é, ainda mais inquietante. O total da dívida interna era de 59,4 bilhões de reais no final de 1994; e, em abril de 2002, multiplicou 11 vezes: 684,6 bilhões. A dívida pública, externa e interna, representa, hoje, 54,5% do PIB nacional, e deverá atingir os 57% no fim do ano. Em

¹ Manteremos a sigla ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) para designar o projeto norte-americano de integração comercial de toda a região.

2001, a remessa da dívida (142,2 bilhões de reais) representou 34% do orçamento do Estado (418,5 bilhões de reais). Toda a política financeira e econômica do país parece orientada para o reembolso desta dívida. O país tem se tornado mais vulnerável e dependente do exterior; hoje, ele está às vésperas da falência. Aqui, como em outros lugares, o FMI dita as políticas econômicas recessivas que sacrificam o crescimento, as condições de vida, a dignidade, os valores e tradições da grande maioria da população.

A Campanha "Jubileu 2000"

A articulação, organização e funcionamento progressivos da Campanha "Jubileu 2000" foram estabelecidos durante a 3ª "Semana Social" (1997-1999), articulada pelo setor das pastorais sociais da CNBB.

O setor social da CNBB é constituído por 11 pastorais sociais que procuram traduzir a mensagem evangélica em ações transformadoras das estruturas injustas da sociedade. A perspectiva é a libertação integral evangélica, dando prioridade às camadas mais pobres e aos excluídos. O setor social, bem organizado a nível nacional e estadual, conquistou credibilidade e respeito, tanto no conjunto da Igreja² como na sociedade civil e política. Dentre as numerosas atividades do setor social em parceria com a Campanha do Jubileu, só mencionaremos aqui as Semanas Sociais, o "Grito dos Excluídos" e a participação na Campanha ela mesma.

Criado em 1995, o "Grito dos Excluídos", como uma organização muito descentralizada, permite a cada grupo, movimento ou entidade participante a iniciativa de dar forma ao tema escolhido a nível nacional, e se fortalece a cada ano. Ele acontece no dia 7 de setembro, dia nacional da independência do país, como paralelo às manifestações públicas e militares oficiais. Os pobres e excluídos desfilam pelas ruas denunciando uma falsa independência, e um modelo de subordinação da vida dos cidadãos aos interesses do capital. Em 2001, houve cerca de 2.500 celebrações do "Grito", algumas reunindo dezenas de milhares de pessoas. Desde 1999, o "Grito" ultrapassou as fronteiras brasileiras, e se organiza, pouco a pouco, em outros países latino-americanos. O "Grito" (data, rede organizacional, simbolismo, prestígio) foi uma das bases para a organização dos dois plebiscitos-cidadãos. No ano 2000, o tema do "Grito" foi: "Progresso e Vida, Pátria sem dívida". Neste ano de 2002, quando acontecerá o plebiscito sobre ALCA, o tema do "Grito" é: "A soberania não é negociável".

As Semanas Sociais Brasileiras (SSB)

Elas se encontram na origem da organização da Campanha do Jubileu 2000/Sul, e vão deixar sua marca. O Setor Social organizou três "Semanas" até hoje, de diferentes maneiras, mas com uma metodologia e objetivos comuns. A 1ª Semana, em novembro de

² Aqui, fazemos referência, mais freqüentemente, à Igreja Católica. É a Igreja mais importante do Brasil. Mas, é bom ressaltar, desde o início, e, aliás, como em todo o artigo, que uma das razões do sucesso da Campanha 2000/Sul é que, em se tratando de Igrejas, a Campanha sempre foi ecumênica.

1991, em Brasília, discutiu sobre “o mundo do trabalho e as novas tecnologias”. Ela foi precedida de 12 semanas regionais. A 2ª Semana refletiu sobre a construção coletiva de um projeto popular para o país: “Brasil, alternativas e protagonistas”. Durante dois anos (1993-1994), este tema foi discutido em numerosas Semanas regionais, antes de um encontro nacional, em junho de 1994. Na síntese final se encontra a proposta: “um Brasil economicamente justo, politicamente democrático, socialmente solidário e culturalmente plural”, o que será frequentemente retomado nos numerosos debates políticos e civis.

Pontos comuns às 3 SSBs

Antes de apresentar a 3ª Semana, observemos algumas intenções e aspectos metodológicos comuns às 3 Semanas. Elas intentam: a) apresentar um diagnóstico da realidade sócio-política e econômica do país; b) suscitar uma vasta mobilização de todas as forças vivas da sociedade, eclesiais ou não; c) provocar uma tomada de posição sobre alguns compromissos concretos, pontuais, que possam ser assumidos por todos; d) encontrar uma linguagem simples, leiga, aberta a todos, suscitando o protagonismo efetivo dos leigos; e) dar um caráter construtivo aos debates: criticar o modelo sócio-econômico e propor pistas alternativas. Metodologicamente, as Semanas Sociais 1) seguem um movimento de construção a partir da base, de baixo para cima; 2) proporcionam um espaço de encontro e de diálogo, aberto e plural, com outras Igrejas e instituições da sociedade civil (sindicatos, universida-

de, associações, ONGs, movimentos populares, organizações de base etc); 3) suscitam uma vasta participação democrática; elas parecem uma grande obra nacional de construção coletiva onde participam numerosas cabeças, mãos e pés; elas são “laboratórios de conhecimento”; 4) propõem implicações, compromissos e atividades práticas, antes e depois dos momentos fortes de encontro. Essa maneira de proceder dá consistência à dimensão social de uma fé comprometida na opção preferencial pelos pobres.

A 3ª **Semana Social** durou três anos, de 1997 a 1999, com o tema: “Resgate das dívidas sociais; justiça e solidariedade na construção de uma sociedade democrática”. Em 1997, aconteceram 20 seminários para a formação de animadores das Semanas Sociais diocesanas. Esses animadores organizaram mais de 150 Semanas diocesanas de que participaram cerca de 25.000 pessoas. Os 150 relatórios mencionam frequentemente 28 dívidas sociais, analisam suas raízes, e os grupos e valores que se opõem ao resgate ou, pelo contrário, o facilitam. A partir de uma síntese desses relatórios, foi organizado um encontro nacional, em julho de 1998, para aprofundar as raízes econômicas, históricas e culturais das dívidas sociais. Depois desse encontro, as Semanas regionais procuram caminhos de mobilização e compromisso para o resgate das dívidas, segundo o espírito do Jubileu 2000.

O Simpósio

Dentro do conjunto da 3ª Semana, em julho de 1998, justo antes do encontro nacional, a CNBB e o CONIC

do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs), de quem é membro, organizaram em Brasília um simpósio internacional de três dias: "Dívida externa: implicações e perspectiva", que reuniu cerca de 120 especialistas brasileiros e estrangeiros, e representantes das Igrejas, movimentos e entidades da sociedade civil. O Simpósio iria mostrar como a dívida externa é uma das principais causas das dívidas sociais.

Num certo sentido, o Simpósio foi a "abertura" da campanha do Jubileu 2000, enquanto que as Semanas Sociais prepararam-na. O espírito, os objetivos e o método da 3ª Semana mostravam, em grande parte, os que deveriam alimentar a Campanha, e a maioria das organizações e movimentos que participaram de uma iriam participar da outra. O coração do Jubileu é o perdão das dívidas, tanto sociais como externa. O documento final declara: "Estamos convencidos da força de um movimento geral de solidariedade, unindo um grande número de cidadãos, numa só voz, publicamente, em vista de causa única. O Jubileu deve se tornar um momento de renovação pessoal e social, a fim de eliminar as grandes injustiças e re-estabelecer a harmonia e a justiça que Deus sempre quis no coração dos relacionamentos entre as pessoas e com a criação". O documento final apresenta uma sólida reflexão ética e teológica como um dos fundamentos da Campanha 2000.

Durante o Simpósio, ficou evidente a necessidade de tornar pública a situação da dívida externa. Ela parecia ser uma questão reservada aos especialistas, escondida da população, enquanto que o Simpósio, pelo contrário, ti-

nha mostrado que ela era uma questão de cidadania (os cidadãos devem ser informados sobre um assunto de tão grande importância), de solidariedade (com a maioria da população que sofre as conseqüências da dívida), e de responsabilidade (enfrentando conscientemente o desafio da dívida). O Simpósio iria lançar os grandes temas que, em seguida, seriam profundamente discutidos e difundidos na Campanha 2000 "Por um milênio sem dívida", no momento do Tribunal e do Plebiscito: dependência externa, empobrecimento, perda da soberania, imoralidade e ilegitimidade da dívida. No Simpósio, surgiu a idéia da realização de uma Auditoria da dívida.

Funcionamento e organização da Campanha Jubileu 2000

Desde o início, as Semanas Sociais e os "Grito dos Excluídos" foram ecumênicos, e reuniam um número notável de movimentos e organizações sociais e populares. Certos hábitos de trabalho em conjunto formavam-se pouco a pouco. Hoje, o Jubileu Sul/Brasil é uma flexível articulação entre numerosos movimentos e organizações sociais e populares, democráticas, bem implantadas na base, e com uma boa capacidade e experiência de análise e ação.

As estruturas de funcionamento são leves, adaptadas aos diversos momentos da Campanha. A coordenação nacional (seus limites são bastante flexíveis) se compõe de uma pequena terça parte dos representantes das Igrejas, uma volumosa terça parte de representantes dos movimentos sociais ou populares, e uma outra pequena terça

parte de representantes da organização de estudos, de formação ou profissionais. Em todos os níveis (federal, estadual ou municipal), os movimentos e organismos das Igrejas exercem um papel importante a fim de facilitar a integração, coesão e unidade entre grupos tão diversificados. A CNBB adquiriu um prestígio importante. A autoridade e influência de alguns bispos e líderes cristãos/cristãs, padres ou leigos, são grandes. Ter a “marca de qualidade CNBB” é um trunfo importante para adquirir simpatia e credibilidade. No meio das estruturas da Campanha onde há, algumas vezes, sérias rivalidades, os representantes das Igrejas freqüentemente são uma garantia de abertura e de respeito pelas diferenças. A confiança demonstrada no setor social da CNBB explica por que o secretariado executivo do Plebiscito sobre a dívida externa tem funcionado no próprio escritório do setor social, na sede da CNBB, em Brasília. Por razões práticas, sobretudo, e, também, por causa de algumas resistências no meio do episcopado, temendo conflitos com o governo, o secretariado executivo do Plebiscito sobre a ALCA foi transferido para São Paulo.

Depois de alguns debates, às vezes vigorosos, os partidos políticos foram admitidos a participar da coordenação nacional a partir da metade de 2000, no momento da preparação do Plebiscito sobre a dívida.

A coordenação nacional se reuniu mais ou menos de dois em dois meses, ou em São Paulo ou em Brasília. Duas ou três vezes ao ano, uma assembléia geral nacional proporciona uma apreciação da situação da Cam-

panha nos diferentes Estados do país. A liderança e as grandes capacidades de organização e animação de alguns garantem, através da eficácia e o bom funcionamento das coordenações e dos plenários, uma boa articulação e unidade da Campanha no conjunto do imenso território.

Uma das características da Campanha Jubileu no Brasil é procurar atingir uma dimensão de massa. E, através de múltiplas redes que, sob formas diferentes, se opõem à ditadura do capital, este objetivo se torna, em parte, realidade. Como vai se constatar, a Campanha Jubileu é um instrumento de formação política, de análise crítica e de organização em todos os níveis, do país e para todos os setores da sociedade. A Campanha Jubileu chegou a suscitar, em todo país, discussões animadas e mobilizações massivas sobre temas centrais, sobre as condições de vida da maioria da população, e sobre o futuro da soberania nacional, que o governo não queria tornar públicos pois eles poderiam questionar a política neoliberal em vigor. Essa característica de massa, produzida pela Campanha, é um elemento importante na defesa da cidadania, dos direitos humanos, dignidade, democracia e soberania do país.

O Tribunal

Para difundir o tema da dívida – segrado bem guardado pelo governo – o Simpósio de 1998 tinha proposto a organização de um Tribunal da dívida externa. Ele foi realizado em abril de 1999, no Rio, uma iniciativa da CNBB, de organismos ligados às Igrejas, e de alguns movimentos sociais e popula-

res. O Tribunal não era uma corte de direito, um órgão judicial legal, mas um tribunal ético, de opinião, para denunciar e julgar publicamente o endividamento do país e as políticas de ajustes neoliberais que selam a vida de toda a população; para estabelecer responsabilidades, propor sanções e indicar alternativas solidárias. O Tribunal ético é um exercício de verdade e memória contra a impunidade de organismos e responsáveis nacionais e internacionais, de quem as decisões ilegais e imorais não são julgadas. A dívida e as políticas que produzem essa impunidade devem ser julgadas e confrontadas à luz de valores éticos, que colocam a vida acima delas.

Mais de 1500 pessoas, vindas dos quatro cantos do país, participaram, durante 3 dias, de intensos debates sobre o sistema financeiro internacional, a situação da dívida no Brasil e em outros países onde o dano é profundo, e as alternativas possíveis para o povo. Cada sessão era presidida por um juiz bem conhecido (como o Procurador Geral da República), que chamava as testemunhas para depor. Cada intervenção era solidamente construída. A posição do ministro da economia, Pedro Malan, foi apresentada através de uma dessas respostas durante o debate no Parlamento. O júri era composto de seis pessoas conhecidas por sua integridade moral. Antes da proclamação do veredicto, cada jurado justificou sua posição. O Veredicto ressalta as causas estruturais da miséria, do atraso e desigualdade social no Brasil, e indica as medidas necessárias para ultrapassar essa situação. O Júri declarou a dívida "injusta e insustentável, eticamente,

juridicamente e politicamente". Ainda hoje, o Veredicto continua sendo um poderoso instrumento de análise da crise brasileira. Falta espaço para apresentá-lo aqui, com mais detalhes.

Através dos meios de comunicação social, o Tribunal teve uma certa repercussão na opinião pública, e o Veredicto foi largamente difundido. O tema da dívida tornava-se público. Irritados com essa iniciativa democrática, alguns setores do governo e dos meios financeiros começaram a questionar a autoridade e a capacidade da Campanha Jubileu. Para propagar ainda mais esse debate, e atingir os meios populares, a assembléia presente no Tribunal sugeriu a realização de um Plebiscito Popular para celebrar o ano jubilar 2000.

O Plebiscito sobre a dívida externa

Em 2000, o Brasil celebrou 500 anos de sua "descoberta". Foram 500 anos de colonização, e um slogan alternativo à propaganda do governo tinha sido popularizado: "Queremos outros 500 anos de paz, justiça e democracia". O plebiscito foi uma etapa importante na construção de um país para todos. Foi um exercício de democracia, de cidadania coletiva nacional; um ato cívico corajoso e audacioso: era preciso coragem, confiança e audácia para organizar um plebiscito popular em todo o país, com recursos limitados. Foi uma das iniciativas cívicas mais audaciosas das últimas décadas.

Os três principais objetivos do Plebiscito eram:

- estimular um vasto debate em todo o país, a fim de que a população tomasse consciência das ciladas, sociais e ecológica, das dívidas externa e interna;

- questionar, a partir da prática e das situações concretas, o modelo econômico capitalista neoliberal adotado no Brasil, lutando pela recuperação da soberania nacional;

- unir forças para conseguir uma auditoria pública da dívida externa.

O plebiscito aconteceu dos dias 2 a 7 de setembro de 2000, durante a “Semana da Pátria”, terminando no dia da independência nacional e do “Grito dos Excluídos”. O slogan do Plebiscito era: “a vida acima da dívida”, o do Grito: “Progresso e vida, Pátria sem dívida”. A Campanha aconteceu em todo o país, em 3.444 dos 5.000 municípios. 53.000 urnas foram instaladas nas igrejas, sindicatos, escolas, rodoviárias, praças públicas e ruas. 120.000 voluntários dos setores mais diversificados da sociedade participaram da organização da consulta. A participação ativa de muitos permitiu superar as dificuldades devidas aos poucos recursos financeiros.

Ultrapassando os prognósticos mais otimistas, mais de 6.000.000 de cidadãos votaram, 95% dentre eles responderam NÃO às três perguntas, elaboradas de um modo bem democrático depois de intensos debates, uma em relação ao FMI, outra sobre o pagamento da dívida externa, e a terceira sobre a dívida interna:

- O governo deve manter o acordo atual com o FMI?

- O Brasil deve continuar a pagar a dívida externa, sem realizar, antes, uma auditoria pública dessa dívida, como prescreve a Constituição de 1988?

- Os governos federal, estadual e municipal devem continuar a utilizar grande parte de seus orçamentos para pa-

gar a dívida interna aos especuladores?

Da parte do governo e dos principais beneficiários do modelo neoliberal, não faltaram críticas, às vezes violentas e infames. O apoio da CNBB a esse ato de cidadania, solidariedade e responsabilidade incomodava bastante os que procuravam depreciá-lo. No início, eles não levaram a sério o processo pensando que se tratava de um gesto de uns poucos iluminados. Diante da amplitude progressiva da Campanha, a crítica foi que os “agitadores” nada conheciam sobre a economia e os problemas técnicos da dívida. No entanto, pouco a pouco, bom número de intelectuais, entre eles economistas e juristas bem conhecidos, se aliaram ao Plebiscito. Todos os que questionavam o modelo, e procuravam defender a soberania do país foram, então, denunciados como “maus pagadores” irresponsáveis.

O Plebiscito representa uma iniciativa pouco comum de uma sociedade civil emergente. Somente a determinação, a união e a generosidade dos setores comprometidos explicam o bom desenvolvimento e o sucesso da operação. A participação ativa de numerosos setores das Igrejas muito contribuiu para que tudo isso fosse possível. E, por causa desse engajamento social com outros atores, as Igrejas adquirem uma abertura e uma proximidade aos verdadeiros problemas sociais e políticos do país, o que as preserva das tentações autoritárias e de auto-suficiência.

Durante os meses precedentes ao Plebiscito, aconteceram, em todos os níveis, numerosos debates para explicar o porquê e o sentido da iniciativa. Foi um importante trabalho de formação

política para a cidadania, mostrando que a dívida depende, antes de tudo, não de aspectos técnicos, mas de decisões políticas. Esse ato cívico-político deu à Semana da Pátria uma outra dimensão, levantando interrogações sobre o sentido da independência e da soberania num mundo globalizado pela tirania do mercado. Questionando o sistema financeiro internacional, e o círculo infernal das dívidas, a Campanha Jubileu 2000, no Brasil, mais politizada que em outros países, foi uma importante contribuição à Campanha Jubileu 2000 mundial. O exemplo brasileiro serviu de horizonte e encorajamento para outras Campanhas, sobretudo na América Latina e na África.

Jubileu 2000 também se mobilizou para que dois projetos de lei fossem introduzidos no Congresso: um para que, comparando com o Brasil, a dívida de países em que a renda por habitante é inferior à brasileira fosse anulada, e outro, para a organização de um plebiscito oficial. Apesar das pressões feitas sob a forma de listas de assinaturas e envio de cartas aos parlamentares, os dois projetos esperam, sem perspectiva iminente de serem examinados.

Durante o ano 2001, a Campanha Jubileu Sul continua sua ação de formação, conscientização e organização em torno de diversos temas, estreitamente articulados entre si: 1) sobre a dívida interna, cujo aumento parecia incontrolável, intimamente unida à dívida externa; 2) sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal que consolida a prioridade do pagamento das dívidas financeiras sobre todas as outras despesas públicas; 3) o lançamento de uma auditoria-cidadã diante da recusa do Con-

gresso em promover uma auditoria oficial, mesmo inscrita na Constituição; 4) a participação nos Conselhos municipais; 5) a preparação do Tribunal Internacional da dívida durante o 2º Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em fevereiro de 2002; 6) uma participação mais sistemática e melhor integração na Campanha Jubileu Internacional; 7) uma sensibilização progressiva ao tema da ALCA.

Diferentes atividades foram organizadas: 1) um simpósio sobre a dívida interna, em junho, reuniu cerca de 100 líderes da Campanha Jubileu Sul, para aprofundar o vínculo entre a dívida externa e interna, analisar a Lei de Responsabilidade Fiscal, e o impacto das dívidas e dessa nova lei nas políticas orçamentárias, em todos os níveis; 2) a realização de Tribunais sobre as dívidas em várias capitais dos Estados; 3) diversas ações de sensibilização durante a semana da pátria em torno do "Grito dos Excluídos", cujo tema, em 2001, era "Por amor a esta pátria Brasil", e o envio de cartas ao Congresso sobre o plebiscito oficial e o perdão das dívidas do Brasil; 4) reuniões periódicas para organizar e começar a realização da auditoria-cidadã; 5) a preparação de duas brochuras, muito pedagógicas, sobre os orçamentos e os Conselhos Municipais, e o modo de participar deles; e 6) a participação de representantes da coordenação nacional em diversos encontros internacionais do Jubileu Internacional.

A auditoria-cidadã

Em novembro de 2000, por ocasião da 6ª plenária nacional, para res-
peitar os resultados do Plebiscito, foi

decidida a realização de uma auditoria-cidadã para compensar a não-realização de uma auditoria oficial da dívida pública, inscrita na Constituição de 1988. A crescente dependência do capital externo torna o país cada vez mais vulnerável aos humores do mercado financeiro internacional. O clima pós-setembro de 2001 cria mais incerteza, e o fluxo dos investimentos estrangeiros diminui consideravelmente. A crise Argentina aumenta a fragilidade.

O Brasil é despojado de seus recursos. Cada ano, ele paga mais juros, e a dívida não pára de crescer. O país é submetido aos ditames recessivos do FMI que aumentam a dependência e a vulnerabilidade. Para defender sua soberania e a definição de suas escolhas, é necessário que as contas sejam claras e as informações acessíveis. Quais são os montantes e a legalidade dos contratos assinados? Quem os negociou? Aonde o dinheiro foi aplicado? Quais foram os resultados dos empréstimos? Quem se aproveita da dívida, e quais são os benefícios ou as perdas para a maioria da população? São algumas das questões às quais a auditoria gostaria de poder responder. Como explicar que, em setembro de 2001, o Banco Central anuncia, em meio a confusas justificativas, um "erro" de 32,7 bilhões de dólares? Nessa perspectiva, os principais objetivos são os seguintes:

- estabelecer a situação real da dívida pública externa e interna;
- popularizar a discussão sobre este tema, e mostrar como a dívida afeta diretamente a vida dos cidadãos;
- pressionar para ter acesso aos documentos e às contas que mostram a ile-

gitimidade de uma grande parte da dívida;

- pressionar para que o Congresso realize uma auditoria oficial da dívida.

A realização de uma auditoria não é uma operação simples. Porém, ela já está bem engatilhada. Bom número de economistas, universitários ou de instituições públicas, de juristas e agentes fiscais estuda casos concretos que possibilitarão mostrar processos ilegais e/ou fraudulentos. O objetivo é continuar a sensibilizar, de um modo mais preciso ainda, a opinião pública sobre o problema da dívida, e conseguir a realização de uma auditoria pública. Somente ela permitirá colocar às claras, de um modo mais amplo, os mecanismos e operações obscuras que alguns tentam manter escondidos. Apesar de sua dimensão bastante técnica, o interesse e a mobilização para a auditoria-cidadã são maiores do que se ousava esperar. Um seminário, com a participação de peritos nacionais e políticos escolhidos (um senador e um deputado), reuniu cerca de 400 pessoas durante do 2º Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre, em fevereiro de 2002.

O Tribunal Internacional dos povos sobre a dívida externa

Em 2001, o Jubileu Sul/Brasil, em união com a rede mundial Jubileu Sul, preparou o primeiro Tribunal Internacional dos povos sobre a dívida externa. Este foi, sem dúvida, um dos principais acontecimentos especiais do 2º FSM. O Tribunal não era uma corte legal de justiça, mas um tribunal político e ético, o que lhe conferia legitimidade, autoridade e credibilidade. Ele res-

peitou, o mais possível, os procedimentos jurídicos. Os 6 juízes, 4 promotores, 15 testemunhas, a defesa, e os 12 membros do júri vinham dos quatro cantos do mundo. O Tribunal durou um dia e meio, e contou com a presença de cerca de 500 pessoas (mais de 3.000 na abertura). O veredicto, muito severo, retomou o conjunto das acusações e, a partir delas, o júri pediu que “o Tribunal declare a dívida externa inexistente e, conseqüentemente, anulada, porque ela é odiosa, infame, ilegal, usurária, injusta, fraudulenta, ilegítima, e é a causa da perda da soberania nacional e da degradação da qualidade de vida para a maioria da população do Sul”.

O Tribunal Internacional permite mostrar que a dívida é um problema mundial, e que os mecanismos de dominação e exploração política, econômica e cultural são idênticos em todos os países, e provocam as mesmas conseqüências dramáticas. O veredicto ressalta que a dívida é um mecanismo de destruição e de morte, ela já foi paga diversas vezes, e mantê-la é um crime contra a humanidade.

O plebiscito contra a ALCA

Já, em 2001, a Campanha Jubileu Sul começou a articular o tema da dívida com o da ALCA. A 3ª Reunião de Cúpula dos chefes de Estado e governos em Québec, Canadá, em abril de 2001, e as grandes manifestações de protesto contra este acordo relançaram o debate ao nível da opinião pública. Na imprensa, as críticas, muitas vezes vigorosas, aumentam, vindo de todos os setores da sociedade, para defender a dignidade ridicularizada do país. A

ALCA é percebida por muitos como o coroamento do “consenso de Washington”, como um violento ataque dos Estados Unidos, o que irá alienar, de um modo legal e permanente, a soberania do país. A ALCA não será uma integração, mas uma anexação, uma conquista e invasão econômica, política, cultural e social, causando um profundo impacto em todas as dimensões da vida da sociedade. Os representantes dos Estados Unidos, nova metrópole mundial, impõem as regras e as mudam conforme seus interesses. A ALCA é “o alvo de um último tiro para eliminar a soberania do país”. Ela é uma ameaça para os direitos e conquistas sociais, porque ela significa a generalização e imposição definitiva do modelo econômico neoliberal injusto, que concentra a riqueza e o poder em poucas mãos, e aumenta o número dos excluídos. As condições mínimas de igualdade não existem para uma verdadeira negociação.

A ameaça para todos os direitos dos cidadãos mobilizou a rede Jubileu Sul/Brasil. Era preciso reagir e organizar a oposição de toda a sociedade a tal projeto. Não somente para o Brasil, mas para o conjunto do continente. Em setembro de 2001, a coordenação nacional apresentou a proposta de organizar um outro plebiscito sobre a ALCA. Em novembro, a 8ª plenária aprovou a proposta. O primeiro ato de massa seria o lançamento da campanha continental contra a ALCA durante uma grande manifestação no final do 2º Fórum Social Mundial.

Os principais objetivos do plebiscito popular são:

- mostrar como a ALCA é parte de uma

estratégia global dos Estados Unidos para reforçar sua hegemonia sobre o conjunto do continente, e denunciar, assim, o modelo econômico e político neoliberal;

- difundir o mais possível a verdadeira natureza da ALCA, e suas implicações nos diversos campos da sociedade e da vida dos cidadãos;
- promover um amplo debate no país sobre as perspectivas e alternativas de reconquista da soberania do país, e de construção de outro acordo entre países latino-americanos;
- organizar e mobilizar a população para obter um plebiscito oficial.

A proposta da Aliança Social Continental, que reagrupa as Campanhas Jubileu Sul, e muitos outros movimentos e organizações populares de diversos países das Américas, propõe a organização de um Plebiscito Continental sobre a ALCA. No Brasil, ele acontecerá, novamente, durante a semana da pátria, de 1º a 7 de setembro de 2002. Hoje, a organização do plebiscito está de vento em popa: em todos os Estados se realizam encontros massivos para a formação e capacitação de militantes que serão os principais organizadores do plebiscito na base. A dinâmica do plebiscito sobre a dívida externa ainda está muito viva, e facilita a mobilização e organização. O “Grito dos Excluídos” nacional e continental, “a soberania não é negociável” se articulam estreitamente às Campanhas contra a ALCA e à organização do plebiscito. É necessário integrar o maior número possível de cidadãos na construção de relacionamentos mais justos e solidários. Um dos esforços da Cam-

panha é inserir o tema da ALCA no conjunto dos debates preparatórios às eleições gerais de outubro.

Conclusão

No Brasil, os anos 90 foram de implantação do modelo neoliberal, anos de destruição do tecido social e do sacrifício dos direitos dos cidadãos. Jubileu 2000/Sul foi um dos principais atores coletivos que tentaram revalorizar o papel do Estado para a defesa e construção da cidadania.

No lento processo de reconstrução democrática no final dos anos da ditadura, Jubileu 2000/Sul soube manter e valorizar o farol político do agir dos cidadãos. A análise e a prática da Campanha é uma obra, antes de tudo, política e democrática, no sentido mais nobre do termo, em favor dos direitos de cada um e de todos. Por isso, aparecem as incompreensões e as críticas, às vezes vigorosas, de que o Jubileu 2000/Sul foi e continua sendo vítima da parte dos representantes dos defensores do capital.

A Campanha Jubileu 2000/Sul reúne e integra movimentos e organizações políticas, sociais e populares muito diversificadas que lhe proporcionam força e dinamismo. A unidade se fundamenta numa análise política comum sobre as consequências dramáticas do modelo neoliberal, e os perigos graves que ele representa para a humanidade. A rede Jubileu Sul é uma forma nova de ação da sociedade civil em resposta aos desafios mundiais novos surgidos da globalização neoliberal. A Campanha revela a dimensão internacional e mundial dos novos modos de dominação e exploração, e a necessidade de

elaborar formas de ação e alternativas também mundiais.

O papel e o lugar das Igrejas foram e continuam sendo importantes na caminhada da Campanha Jubileu. Elas ajudam com uma longa e rica tradição de valores, princípios e experiências em favor da defesa da vida e da dignidade dos povos. Para ser fiéis à mensagem evangélica e conservar

credibilidade, elas podem e devem, numa atitude de serviço, unir suas vozes àsquelas de todos os que denunciam as raízes do mal e procuram caminhos de vida para todos.

Endereço do autor:
Centro Cultural de Brasília
Caixa Postal 02373
70849-970 Brasília – DF
E-mail: blestienne@ccb.org.br

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1** Que sentido tem a Campanha JUBILEU SUL no atual momento da sociedade brasileira?
- 2** Sua comunidade tem procurado ser participativa nas várias expressões dessa Campanha?
- 3** Que pode ser feito para que a Vida Religiosa se mobilize na defesa dos grandes interesses da Nação que estão em jogo na atual circunstância histórica?

“Há uma esperança para o teu futuro” (Jr 31,17)

Despontar do novo para além das agruras do presente

JALDEMIR VITÓRIO S.J.

Introdução

Um acentuado clima de pessimismo ronda a Vida Religiosa (VR). Decresce o número de vocações e, por conseguinte, a VR se envelhece sempre mais. O carisma fundacional de muitas Ordens e Congregações diluiu-se, a ponto de lhes faltar chão debaixo dos pés. As críticas levantadas pela sociedade moderna, super-valorizando o hedonismo e o individualismo, o materialismo e o consumismo, tendem a esvaziar o espírito da VR, com o seu anseio de ser um sinal da transcendência na história humana. A VR, tida como anacrônica, perde a sua relevância social. E os religiosos/as, em crise de identidade, abraçam valores mundanos, sem discernimento, e se tornam “sal insosso”. Em alguns âmbitos, a VR passa por um processo de involução. Religiosas são forçadas a voltar ao uso do hábito, como sinal de “fidelidade” à sua vocação. Comunidades de inserção entre os pobres são fechadas. A presença entre os empobrecidos parece ter perdido o seu fascínio. Prefere-se o “oba-oba” dos shows-missa, da espiritualidade *light*, dos símbolos exteriores e dos projetos de vida nada radicais. Por sua vez, a Igreja continua a insistir numa mentalidade clericalista; investe num pentecostalismo barulhento e teatral; cultiva uma liturgia

sem expressão ética; cerceia a reflexão teológica e o pensamento crítico; submete-se à competição com um sem-número de igrejas cristãs, proliferadas como cogumelos depois da chuva. Tudo isto tem incidência direta na VR.

A XIX Assembléia Geral Ordinária da CRB, na tentativa de animar a VR no Brasil, foi buscar inspiração no profeta Jeremias e pinçou no seu livro uma frase para ser o mote do encontro – “Há uma esperança para o teu futuro” (Jr 31,17)¹. Desconheço até onde a comissão preparatória tinha consciência do contexto original deste versículo. É bem difundido o costume de respigar a Bíblia em busca de textos interessantes, para motivar iniciativas pessoais ou comunitárias sem, contudo, se dar ao trabalho de verificar seu sentido mais profundo. Contenta-se com os níveis superficiais. Todavia, vale a pena garimpar o texto de Jeremias, em busca do versículo em questão, e, então, refletir sobre a VR a partir dele.

Neste texto, a frase do profeta de Anatot será analisada, tendo como pano de fundo a necessidade de cultivar a esperança na VR. Trata-se de perguntar: Qual o seu contexto histórico? Quais as possibilidades reais da esperança naquele momento? Onde se baseou o profeta ao proferi-lo? Como foi acolhido

¹ O tema da Assembléia, realizada de 9-13/07/2001, em São Paulo-SP, foi: “Tempo de Sinais – Sinais dos Tempos” – Provocações para a Refundação da Vida Religiosa. “Há uma esperança para o teu futuro” (Jr 31,17).

pelo primeiro círculo de ouvintes? O profeta foi bem sucedido na sua missão de construtor de esperança?

1. O contexto da esperança do profeta

O primeiro passo consistirá em mapear o itinerário de Jeremias, para localizar Jr 31,17 no contexto de seu ministério.

A atividade profética de Jeremias pode ser dividida em 4 fases:

A 1ª fase corresponde ao governo de Josias (cf. 2Rs 22,1-23,30). Este foi um rei exemplar, na avaliação de teólogos da época. Durante o seu reinado, promoveu uma grande reforma religiosa, inspirada numa cópia do livro da Lei, descoberta no Templo, por ocasião das reformas aí realizadas (2Rs 23,4ss).

Josias aboliu a idolatria do país e destruiu os santuários do território do extinto Reino do Norte e do Reino do Sul. Com isto, desagradou a quem vivia em função desses santuários e daí tirava o seu sustento. O culto foi concentrado no Templo de Jerusalém².

A vocação de Jeremias situa-se no 13º ano do reinado de Josias, ou seja, lá pelos anos 627 a.C. (cf. Jr 1,2). Qual terá sido a posição do profeta diante da reforma em curso? Apesar de alguns autores falarem do ceticismo do profeta devido à superficialidade da reforma religiosa, muitos imaginam tê-la julgado positivamente. Apesar de ter conhecido cinco reis, transmitiu uma imagem positiva apenas de Josias: "Ele praticou o direito e a justiça... julgou a causa do

miserável e do pobre" (Jr 22,15-16). Segundo 2Cr 35,25, "Jeremias compôs um canto fúnebre para Josias". Se não estivesse de acordo com o rei e a sua política, a postura de Jeremias teria sido outra. A luta de Josias contra a idolatria e contra a injustiça dela resultante deve ter sido bem vista pelo profeta.

Embora sem possuir uma afirmação taxativa, é possível pensar o profeta sendo movido pela esperança, nesta etapa do seu ministério. A ação de Josias, mesmo passível de críticas, apontava para tempos melhores, com menos idolatria e, por conseguinte, menos injustiça. "Foi somente ao testar os resultados do movimento, nas vidas e caracteres dos homens, que chegou a ver quão irreal e superficial era o arrependimento que havia produzido e que novas e insidiosas formas de engano produzira"³. Quiçá, teria ficado desiludido com a manipulação da reforma, conforme os interesses da classe sacerdotal de Jerusalém, cujo poder aumentou grandemente com o fechamento dos santuários do país.

A 2ª fase corresponde ao governo de Joiakim, filho de Josias (cf. 2Rs 23,31-35). Jeremias não suportou a política insensata deste rei. Sem se dar conta da difícil conjuntura política, pôs-se a construir um palácio novo. Porém, os operários trabalhavam de graça, sem receber salário. Por esta e outras, o profeta proclamou destemido o futuro do rei: "Será enterrado como um jumento! Será arrastado e lançado para fora das portas de Jerusalém!" (Jr 22,19).

² Para uma leitura crítica da reforma de Josias, cf. S. Nakanose, *Uma história para contar...* A Páscoa de Josias – Metodologia do Antigo Testamento a partir de 2Rs 22,1-23,30. São Paulo: Paulinas, 2000.

³ J. Skinner, *Jeremias – Profecia e Religião*. São Paulo: ASTE, 1966, p. 136.

O rei passou a odiá-lo e a perseguí-lo. Entretanto, Jeremias recusou a se deixar intimidar.

Ele fez um pesado discurso contra o Templo, atraindo contra si a ira das autoridades religiosas e do povo (cf. Jr 7,1-15; 26,1-19). Sua condenação à morte foi decretada (cf. Jr 26,11). Seus familiares de Anatot, também, lhe fizeram um complô: Jeremias se tornara um parente incômodo. Era preciso eliminá-lo (cf. Jr 11,18-23). Outro incidente no pátio do Templo (cf. Jr 19,14-15) atraiu contra ele a ira de um sacerdote. Este mandou açoitá-lo e prendê-lo num tronco (cf. Jr 20,1-6). Apesar da pressão, o profeta insiste em denunciar e acaba sendo impedido de entrar no Templo (cf. Jr 36,5). Ele se mantém firme e dita as suas profecias ao secretário Baruc e o manda lê-las no átrio do Templo (cf. Jr 36,1-8). O rei toma conhecimento e ordena a leitura do texto, diante de si. No desenrolar da leitura, vai rasgando o texto e jogando-o no fogo. E mais, mandou lançar Jeremias e seu secretário na prisão (cf. Jr 36,21-26). O profeta escapa da perseguição (cf. Jr 36,26) e chama o seu secretário para, novamente, escrever palavras de condenação contra o rei e a sua corte (cf. Jr 36,27-32).

Neste contexto, havia lugar para a esperança no coração do profeta? Jeremias lança um convite à conversão (cf. 7,3; 25,3-6; 36,7). Por aí passava a esperança. Sem conversão só restaria o castigo, com sua seqüela de morte e destruição. Jerusalém assemelhar-se-ia a uma bilha quebrada (cf. Jr 19)⁴.

A esperança é cultivada em meio à

denúncia da idolatria, da falsa segurança religiosa e das injustiças sociais, cujo primeiro agente é o rei. Afinal, o objetivo de toda pregação profética é a conversão do povo. Porém, com o passar do tempo, Jeremias deve ter suspeitado da ineficácia de sua pregação⁵. Ou seja, os raios de esperança pareciam não conseguir romper as densas nuvens do mal e do pecado.

A 3ª fase corresponde aos dez anos de reinado de Sedecias (cf. 2Rs 24,18-25,21). Em 597, Nabucodonosor, rei dos babilônios, atacou Jerusalém e saqueou o Templo e o palácio. Deportou a população da cidade, mormente, as elites, as lideranças e os operários especializados. À frente dos deportados, estava o rei Joiaquin, empossado três meses antes. Sedecias foi colocado no trono pelo rei invasor. Além de ter uma personalidade insegura, faltavam-lhe assessores qualificados, pois tinham sido deportados.

Os exilados na Babilônia começaram a cozinhar ideais de esperança de retorno em breve. Incentivava-se a rebelião contra o poder opressor, motivada por uma certeza teológica sem fundamento: Yahweh havia quebrado o jugo opressor. Por isso, o rei retornaria logo para reconstruir o reino devastado. Os exilados voltariam triunfalmente para a Cidade Santa, onde a vida seria retomada como outrora.

A postura de Jeremias é muito mais realista. Considerava suicidas essas expectativas. O exílio, realmente, teria fim. Mas, a longo prazo. Numa carta aos exilados, tenta acalmar-lhes os ânimos

⁴ Cf. L. Alonso-Schökel – J. L. Sicre Díaz, *Profetas* – Comentario I. Madrid: Cristiandad, 1980, p. 407.

⁵ Cf. J. Skinner, *op. cit.*, p. 147.

(cf. Jr 29). Por meio do profeta, Yahweh alertava o povo: “Quando se completarem para Babilônia setenta anos, eu me ocuparei de vós e cumprirei as minhas promessas relativas ao vosso retorno a este lugar. Pois tenho bem presente os projetos que nutro a vosso respeito, projetos de prosperidade e não de desgraça: eu vos darei um futuro e uma esperança” (Jr 29,10-11). Por ora, só havia uma saída: submeter-se aos babilônios. “A nação que submeter o pescoço ao jugo do rei da Babilônia e o servir, eu a farei repousar em seu solo – oráculo do Senhor – para que o cultive e habite” (Jr 27,11). Os exilados, portanto, tinham a missão de preparar o futuro. O profeta depositava muita esperança na decisão deles⁶.

As esperanças fáceis são, imediatamente, acolhidas; as exigentes são, muitas vezes, descartadas. Foi esta a experiência de Jeremias! O rei e seus conselheiros fecharam-lhe o ouvido, considerado-o profeta de desgraças e se insurgiram contra o opressor. A furiosa investida dos babilônios não tardou. Nabucodonosor prendeu Sedecias, furei-lhe os olhos e o enviou para a Babilônia. Arrasou a cidade e dizimou a classe dirigente restante. Deportou a população para a capital do império, deixando na terra, apenas, alguns viticultores e agricultores.

Neste contexto caótico, considerado amigo dos opressores e torturado por sua posição firme, Jeremias fez um gesto simbólico, sinal da esperança presente em seu coração. Quando a furiosa ameaça babilônica estava às portas, o profeta encarcerado foi procurado por

um parente, vindo de sua cidade natal, com uma proposta: “Compra o meu campo em Anatot, porque tu tens o direito de resgate para adquiri-lo” (Jr 32,7). Reconhecendo tratar-se de uma ordem divina, o profeta comprou o campo e cumpriu todas as formalidades contratuais. Motivo: “Ainda se comprarão casas, campos e vinhas neste país” (Jr 32,15). Mesmo sendo sombria a situação presente, o profeta estava convicto de não ser o prenúncio do fim. A história continuaria! Sua esperança era realista, pragmática, sensata, pé-no-chão. Recusava-se a compactuar com a visão ingênua da fé, confiada numa intervenção mágica de Yahweh na história, como caminho de superação da terrível crise sofrida pelo povo. Na visão do profeta, a esperança haveria de se construir por caminhos tortuosos e escabrosos, em meio a provações e sofrimentos. Enganava-se quem pretendia trilhar caminhos facilitados.

A 4ª fase corresponde ao governo de Godolias, encarregado de administrar as ruínas de Jerusalém (cf. 2Rs 25,22-26).

Apesar da precariedade, a vida recomeçou. Tratado com benevolência pelos babilônios (cf. Jr 39,11-14) e tendo diante de si várias opções (cf. Jr 40,4-5), Jeremias escolheu continuar na terra, indo morar com Godolias, em Masfa.

Sem dúvida, o profeta está por trás da atitude positiva e esperançosa de Godolias, a quem foram confiados “homens, mulheres e crianças, e os humildes do país, que não tinham sido deportados para a Babilônia” (Jr 40,7). O governador animava o povo a olhar para frente e a recuperar a alegria de viver.

⁶ R. Mincato, “Jeremias 29,1-7: ‘O futuro começa agora’”, *Estudos Bíblicos* nº 49 (1996) 37-47.

Dizia-lhe: “Fizei a colheita do vinho, das frutas e do azeite, enchei vossos jarros e habitai nas cidades que ocupais” (Jr 40,10). Resultado: “Fizeram uma colheita muito abundante de vinho e frutas” (Jr 40,12).

Tudo isto agradava Jeremias, para quem a esperança se concretizava. Porém, a mão perversa de um certo Ismael levantou-se contra Godolias e o assassinou (cf. Jr 41,2). O medo e o desespero apoderaram-se de todos. Solicitado a interceder a Yahweh em favor do resto da população, disposta a ir para o Egito, Jeremias tem um oráculo muito positivo: “Se verdadeiramente permanecerdes nesta terra, eu vos edificarei e não vos destruirei, eu vos plantarei e não vos arrancarei. Estou arrependido do mal que vos fiz” (Jr 42,9). Os líderes duvidam da veracidade do oráculo do profeta (cf. Jr 43,2-3), e tomam a decisão de escapar, temendo a repressão babilônica.

Promoveu-se, então, uma fuga em massa para o Egito⁷. Jeremias foi levado com o restante da população e, lá, morreu⁸.

O texto bíblico não dá margem para pensar Jeremias, no fim de sua vida, embalando sonhos de esperança. Uma experiência, de modo especial, deve ter-lhe causado profundo desgosto. As mulheres judias fizeram uma grande assembléia, no Egito, para lhe dizer algo espantoso: enquanto praticavam a idolatria, prestando culto a ídolos pagãos, mormente, “à Rainha do Céu” (cf. Jr 7,18; 44,17.18.19.25) tinham fartura, eram felizes e desconheciam a desgraça (cfr. Jr 44,15-17). A infelicidade só começou, quando abandonaram a idolatria e se voltaram para Yahweh. Esta conversão lhes valeu a fome e a morte. Os deuses, cultuados no dia-a-dia, superaram Yahweh em eficácia.

É possível imaginar a decepção e a frustração do profeta, no final de seu ministério. Suas palavras parecem ter caído no vazio. Para ele, sobrava a pecha de “falso profeta”, enganador do povo.

Todavia, a esperança é um componente indispensável da espiritualidade profética. Jeremias, com a sua clara consciência vocacional (cf. Jr 1,5), mesmo sem ter motivo para isso, deve

⁷ “Retornar ao Egito significa, por um lado, negar a obra libertadora de Deus e, por outro, retornar à antiga escravidão, que é a morte como povo e como pessoa, a negação do próprio ser filhos do Deus da liberdade. Em suma, retornar ao Egito é des-fazer o plano de Salvação de Deus por não estar atentos à história e à voz do profeta, que desinstala, que desmascara falsas seguranças, porque conduz à verdadeira liberdade” (C. C. Bedriñan, “El ‘retorno’ a Egipto (Jr 42)”, *Soleriana* (1997) 163).

⁸ Considerando o local da morte do profeta, L. Alonso-Schökel pondera que “Jeremias termina onde Moisés começou. Se Moisés voltou ao Egito, depois de sua fuga, o fez a mandado de Deus, para libertar o povo. Moisés prefigurou em sua vida a libertação do povo. Jeremias teve que entrar no Egito para selar, com a sua presença e a sua palavra, o final de uma era, o fracasso daquela libertação” (“Jeremias como anti-Moisés”, in J. Doré (ed.), *De la Tôrah au Messie – Mélanges Henri Cazelles*. Paris: Desclée de Brouwer, 1981, p. 248). Entretanto, lido na perspectiva da esperança, presente no texto de Jeremias, este fato pode ser interpretado como a possibilidade de um novo começo, oferecido por Deus a seu povo, agora, sobre bases mais consistentes. Porém, esta possibilidade não diminui a tragicidade da cena bíblica. O texto jeremiano mostra “a gravidade da decisão que contradiz a vontade de Deus. O ir ao Egito interpreta-se como um grande ato de desobediência à palavra de Deus que comportará o justo castigo: a morte. Ao Egito não se vai, mas se ‘volta’. Prefere-se ‘viver’ na escravidão, que ‘suportar’ o tempo de crise na liberdade” (C.C.Bedriñan, *op. cit.*, p. 163).

ter mantido viva a esperança da conversão do povo, com a conseqüente intervenção salvífica de Yahweh⁹.

2. Jr 31,17 – o texto e seu contexto

A inspiração do texto jeremiano para a VR depende da análise de seu conteúdo, considerando seu contexto literário, histórico e semântico.

a. Contexto literário

Jr 31,17 situa-se no contexto amplo dos cap. 30-31, introduzidos por uma afirmação programática: “Dias virão em que restaurarei o meu povo Israel e Judá, diz o Senhor. Eu os reconduzirei à terra que dei a seus pais, e eles a possuirão” (Jr 30,3). Portanto, falar-se-á de salvação. O profeta recebe a ordem de Yahweh para escrever os oráculos num rolo (cf. Jr 30,2). Eles deveriam permanecer vivos na consciência do povo.

Considerando a tendência da profecia de Jeremias, ácida em relação à sociedade de seu tempo, o conteúdo dos caps. 30-31, apontando para a salvação, pode surpreender¹⁰.

Uma leitura superficial destes capítulos é suficiente para detectar os indicadores de salvação nele presentes. Jacó será libertado da angústia (Jr 30,5-7).

Yahweh vai quebrar o jugo de Israel e pôr fim à servidão aos estrangeiros. Israel servirá, somente, a seu Deus (Jr 30,8-9). Jacó voltará do exílio, tranquilo e seguro, e será ensinado a respeitar a justiça (Jr 30,10-11). Yahweh curará todas as feridas do povo (Jr 30,12-17). Jerusalém, um monte de ruínas, será reconstruída (Jr 30,18-21).

Estes projetos de Yahweh, indubitavelmente, se concretizarão (Jr 30,23-24). Ele ama Israel qual uma noiva, e lhe manifestará a sua imensa afeição (Jr 31,1-6). A libertação será um motivo de júbilo, delírio e exultação, para “cegos, aleijados, mulheres grávidas e parturientes”, bem como, para uma multidão incontável (Jr 31,7-9). Yahweh agirá como um pastor, reunindo o seu rebanho disperso, libertando-o das mãos do mais forte e transformando o luto em alegria (Jr 31,10-15).

Quem estava tomado pelo pranto, verá abrir-se diante de si um futuro carregado de esperança (Jr 31,15-20). Todavia, Israel deverá estar atento às iniciativas de Yahweh (Jr 31,21-22). Judá será o lugar do conagraçamento de todos, “agricultores e nômades”, “sedentos e famintos” (Jr 31,23-26).

⁹ O chamado à conversão foi uma constante na pregação de Jeremias. “Uma conversão que não pode separar o âmbito da relação com Deus do da relação com o próximo; uma conversão que se manifesta na fidelidade, na justiça, na fraternidade, na solidariedade, na comunhão e no amor” (R. de Sivatte, “El regreso siempre posible a Dios y al hermano. La conversión en Jeremías”, *Revista Latinoamericana de Teología* 27 (2000) 165).

¹⁰ Há quem não considere Jr 30-31 como, autenticamente, jeremiano. E, sim, acréscimo posterior. “Para nós é muito claro o caráter tardio de 30-31”, afirma J.S. Croatto (“Da aliança rompida (Sinai) à aliança nova e eterna – Jr 11-20+30-33”, *Ribla* n° 35-36 (2000) 108 – grifo do autor). Para N. Lohfink, Jr 30-31 pertence à chamada “fase pré-profética”, sob o reinado de Josias, e contém “anúncios de salvação dirigidos aos descendentes dos que sobreviveram à catástrofe de 722, que terminou com a autonomia política do Reino de Israel” (N. Kilpp, “Um profeta que nasce da atuação pastoral”, *Revista Teológica Londrinense* n° 2 (2001) 104). Neste artigo, não entramos nesta discussão. Nosso objetivo é o de verificar como era possível pensar a esperança, na quadra da história de Israel correspondente à segunda, terceira e quarta etapas do ministério do profeta. Esta, sem dúvida, foi a preocupação de quem inseriu os caps. 30-31 no texto de Jeremias, mesmo se não correspondesse àquele exato momento histórico. Para isso, foi incentivado pelos claros sinais de esperança, detectáveis nas palavras e nos gestos do profeta do séc. VII, evidenciados ao longo deste artigo.

Nesta nova ordem, ninguém mais pagará pelos erros alheios, a ponto de desdizer o provérbio: “Os pais comeram uvas verdes e os dentes dos filhos ficaram encardidos” (Jr 31,27-30). Yahweh firmará com Israel uma “nova aliança”, a ser plantada no coração de cada pessoa, e a ser obedecida com fidelidade, como Yahweh é fiel a Israel (Jr 31,31-34).

Afinal, Jerusalém será reconstruída, “tudo será propriedade sagrada do Senhor; nunca mais será arrasada nem destruída” (Jr 31,38-40).

b. Contexto histórico

Este bloco de oráculos de salvação pode ser convenientemente situado na 3ª fase da pregação de Jeremias¹¹. De fato, era tempo de se ouvir palavras de incentivo. O exílio babilônico mergulhara o povo num profundo abatimento. O Templo e a cidade saqueados, o rei e a corte levados para o estrangeiro, a perda de certos direitos e regalias, a tremenda insegurança em relação ao futuro e muitas outras experiências negativas inundaram de desespero o coração do povo.

Falar de salvação, quando tudo vai mal, é desafiador. Mas se mostra urgente para impedir o estreitamento dos horizontes, diante das contingências históricas, que impossibilitam olhar para o futuro, onde se situa a esperança. Nos tempos sombrios de pessimismo e desolação, a ação dos profetas de esperança torna-se imprescindível.

c. Contexto semântico

O sentido de Jr 31,17 deve ser extraído do bloco literário imediato, onde se situa, ou seja, os versículos 15-17.

Jr 31,15 – A fórmula de mensageiro – “Assim fala o Senhor” – abre o pequeno bloco. O próprio Yahweh constata um fato terrível: É possível ouvir o choro sofrido da matriarca Raquel, lamentando a morte de seus filhos. Raquel, morta ao dar à luz o seu filho Benjamim (cf. Gn 35,16-20), é evocada para prantear a morte de Israel, exilado na Babilônia.

O exílio significava fim, extermínio, morte. Todas as esperanças se esvaíram. Tudo era destruição! Os bens mais preciosos e as tradições mais veneráveis foram por água a baixo. O *Templo*, lugar da habitação de Yahweh, foi profanado e pilhado de suas riquezas. A nação foi reduzida a mais total pobreza, pois no Templo estava o “tesouro nacional”. A *Cidade Santa*, considerada o centro do mundo, pólo de atração de todos os povos, fora saqueada. Sua santidade foi pisoteada pelo opressor, sem nenhum respeito à dignidade do lugar. O *Rei*, cuja missão era a de implantar o projeto de Yahweh, fora deportado. O povo encontrava-se acéfalo! Sedecias, imposto pelos babilônios, era considerado um rei espúrio: não era o verdadeiro rei. O melhor da classe dirigente fora exilada. Faltavam pessoas, à altura, para substituí-la. A *vida quotidiana* estava transtornada. O fu-

¹¹ “A crença de Jeremias a respeito da libertação, a qual se expressa nestes e em outros oráculos, como também outros motivos ligados ao conteúdo e à forma colocam estes oráculos no terceiro período da atividade do profeta. Dificilmente eles terão sido determinados pelos acontecimentos ocorridos no reinado de Josias” (E. Sellin – G. Fohrer, *Introdução ao Antigo Testamento* – vol. 2. São Paulo: Paulinas, 1978, p. 230).

turo era incerto e sombrio.

A contemplação da situação deplorável do Reino dava pouca margem para alimentar esperança. Só restava chorar! A matriarca Raquel, com um pranto amargo, chora seus filhos e se recusa a ser consolada, pois eles não mais existem.

Jr 31,16 – A fórmula de mensageiro introduz uma nova intervenção de Yahweh. Ele ordena o fim da lamentação – “Basta! Chega de lamento, de lágrimas nos olhos”. A ordem divina parece ir na contramão dos fatos. Por que impedir u’a mãe de chorar, de prantear seus filhos mortos? Afinal, esta era a tradição e um dever maternal. Por que haveria de se mostrar uma mãe impiedosa, sem entranhas de misericórdia para com seus filhos mortos?

Yahweh sabe o que está falando. Seu horizonte não se estreitara diante da conjuntura histórica adversa. Não se detém no negativo e no avesso da vida. Antes, vê o imperceptível ao olhar humano.

Quando tudo transpirava morte, a Palavra de Yahweh soava como uma boa notícia: “Os teus filhos voltam da terra do inimigo”. Eles estão vivos! O fim foi banido para longe. O exílio é, apenas, a etapa de uma longa caminhada. Uma experiência dolorosa, entendida por muitos como castigo divino, ou como vitória de Marduk – deus dos inimigos – sobre Yahweh. A crise existencial estava, pois, misturada com a crise teológica. Levantavam-se, até mesmo, suspeitas contra Yahweh. Pensava-se: Nosso Deus foi incapaz de se impor ao deus dos opressores. Se

Yahweh é o Deus dos Exércitos e Senhor dos senhores, como ensinava a teologia tradicional, como se deixou vencer de maneira tão humilhante? Crise sobre crise! Dúvida sobre dúvida!

A intervenção de Yahweh abre ao povo uma perspectiva insuspeitada de vida, de vitória e de novo começo. A história continuará com a volta do povo do país do inimigo.

A expressão – “oráculo do Senhor” – reforça o compromisso de Yahweh de realizar sua promessa a Israel. Ele garante a realização de sua palavra. O povo, por sua vez, defronta-se com o desafio de dar crédito à Palavra de Yahweh. O único pré-requisito é a fé incondicional.

Jr 31,17 – Chegamos, aqui, ao versículo central do nosso estudo. Ele conclui o pequeno bloco literário, abrindo mais uma vez os horizontes do povo remanescente, quando os demais foram para o exílio. “Teu futuro é feito de esperança – oráculo do Senhor – teus filhos voltam para a sua pátria”.

O presente é iluminado pelo futuro. Esta certeza não minimiza a dramaticidade do momento atual, nem funciona como uma espécie de anestésico, para a dor da esperança frustrada. A consequência mais frutuosa do confronto com o futuro consiste em assumir o presente com coragem e criatividade, como forma de construir o esperado. O futuro não chega de mão beijada, sem o empenho sincero de quem o almeja. Na fé de Israel, ele é considerado dom de Deus, oferecido ao povo. Mas não de forma mágica, à revelia da liberdade e da iniciativa humana.

Muitas vezes, em Israel, as bases deste diálogo foi entendida de forma equivocada. Imaginava-se Yahweh à espera de uma resposta cultural, quando, deveras, sua expectativa situava-se no nível da ética¹². O culto, mesmo o mais esplendoroso, era inútil para garantir o futuro do povo. Pouco importavam a Yahweh os sacrifícios e os holocaustos¹³. O fiel, preocupado com o futuro, deveria esforçar-se para ser misericordioso com o próximo; para pautar a sua vida pelo direito e pela justiça, procurando, em tudo, ser reto e justo; e para manter, a todo custo, a fidelidade ao projeto de Yahweh.

3. Condições para a esperança

Voltando ao contexto histórico de Jr 31,17, vejamos o significado de falar, aí, de esperança. A conjuntura do momento parecia desaconselhar o anúncio da esperança. Teria sido melhor o profeta esperar um outro momento para tocar neste assunto? Sua pregação foi perda de tempo, irrealismo ou, até mesmo, uma forma de ironia contra seus opositores? A prudência não teria aconselhado esperar por tempos melhores, quando fosse possível ver alguma luz no fim do túnel?

O profeta Jeremias é sincero em sua fala. Não brinca com a Palavra de Yahweh. Se proclama a esperança, é porque se fez obediente à ordem de Yahweh: “Dirás o que eu mandar” (Jr 1,6). Todavia, não fala por mera formalidade, por simples obediência à ordem divina. Antes, o profeta crê na esperança, porque Yahweh é o garante da espe-

rança proclamada. Espera “com” Yahweh e “por causa de” Yahweh. Quiçá, deixado à própria sorte, lhe faltassem motivos para acreditar. Como Abraão, Jeremias é instado a “esperar contra toda esperança” (Rm 4,18). Todavia, sua esperança é verdadeira, pois tem fundamentos sólidos.

Vejamos como o profeta crê na contramão da história:

a. Os fatos não davam motivos para esperança.

A violência dos babilônios era sobejamente conhecida e permitia nutrir expectativas ingênuas sobre o tratamento a ser dispensado ao povo de Israel. Por outro lado, o rei Sedecias carecia de condições para se impor. Sua personalidade insegura e a pressão sofrida impediam-no de tomar as rédeas do poder. As várias facções palacianas agitavam-no como um caniço. Faltavam-lhe conselheiros sensatos com quem contar na difícil conjuntura. A qualquer momento poderia agir com insensatez, como, de fato, aconteceu.

Sedecias deixou-se levar pela facção anti-Babilônia e pró-Egito. Num gesto suicida, rebelou-se contra os opressores. Fez alianças loucas com os reis vizinhos (Jr 27,3; 37,5), imaginando poder dobrar o poder opressor. A resposta veio imediatamente: Jerusalém foi arrasada; Sedecias, capturado, teve os olhos vazados e foi enviado para o exílio.

A palavra de Jeremias – “Teu futuro é feito de esperança” – tinha algum sentido nessas circunstâncias? O profeta

¹² Cf. Mq 6,6-8; Os 6,6.

¹³ Cf. Is 1,11-20.

seria capaz de manter a sua palavra, mesmo depois dos acontecimentos de 587 a.C.? Evidentemente, sim, por não se tratar de uma palavra sua; antes, palavra de Yahweh. E a Palavra de Yahweh mantém-se firme, mesmo parecendo injustificável numa perspectiva puramente humana.

b. A figura controvertida do profeta

O texto bíblico descreve Jeremias como uma personalidade controvertida. Havia quem se dispusesse a defendê-lo¹⁴, porém, gozava de pouco prestígio junto à liderança religiosa de Jerusalém. Numa das chamadas “Confissões”, reclama da solidão e da rejeição de sua pregação. “Nunca me assentei na companhia de gente alegre para me divertir. Por causa de tua mão, assentei-me sozinho” (Jr 15,17). As pessoas consideravam-no um desmancha prazeres. Suas palavras eram carregadas de pessimismo e negatividade. “Entrega os seus filhos à fome e faze-os passar ao fio da espada! Que suas mulheres fiquem sem filhos e viúvas. Seus maridos sejam mortos pela peste e seus jovens feridos pela espada na guerra” (Jr 18,21). Era o seu pedido a Yahweh. Ninguém esperava ouvir dele coisas boas, nenhuma mensagem de esperança.

Porém, o profeta acreditava na esperança. Suas palavras duras tinham o objetivo de levar o povo à conversão.

Jeremias encontrou oposição também entre os exilados da Babilônia. De lá, um certo Semeías escreveu ao sacerdote Sofonias, de Jerusalém, recordando-lhe a obrigação de “exercer vigilância no Templo do Senhor sobre todo

homem louco que profetiza, para lançá-lo no cepo e na corrente”, e censurando-o por não ter repreendido Jeremias. Tudo isto porque escrevera aos exilados, prevendo um exílio prolongado (cf. Jr 29,26-28).

De muitas maneiras e de todos os lados, Jeremias era contradito e desacreditado.

c. Jeremias, um falso profeta?

Um certo profeta Hananias, de Jerusalém, entrou em rota de colisão com Jeremias. Enquanto este antevia um longo exílio – “Quando se completarem para a Babilônia setenta anos, visitar-vos-ei e realizarei a promessa de vos fazer retornar a este lugar” (Jr 29,10) –, Hananias falava do término do exílio para breve – “Ainda dois anos e farei retornar a este lugar todos os objetos do Templo do Senhor que Nabucodonosor, rei da Babilônia, carregou e levou para a Babilônia” (Jr 28,3). Quem tinha razão?

As aparências davam razão a Hananias. O conteúdo de sua profecia sugeria ser ele mais apegado às tradições religiosas do povo que Jeremias. Aparentemente, era mais piedoso. Segundo ele, Yahweh interviria em favor do povo. O fim do exílio, num curto espaço de tempo, seria um evidente sinal da misericórdia de Yahweh.

Jeremias, ao seguir noutra direção, era suspeito de não acreditar no poder de Yahweh. Afinal, se, como se acreditava, era o “Deus dos Exércitos”, cheio de poder e majestade, porque haveria de se dobrar diante da tirania de Marduk, deus dos babilônios? A

¹⁴ Cf. Jr 26,17-19 (anciãos da terra); 26,24 (Aican); 38,7-13 (Ebed-Melek).

incredulidade de Jeremias era, para muitos, patente. Logo, não podia ser considerado um verdadeiro profeta.

A história deu razão a Jeremias. Errou quem, pensando ser movido pela fé, esperava um curto período de exílio. Jeremias acertou ao confrontar a tradição teológica referente à proteção de Yahweh com a vida concreta do povo. Como a idolatria e a injustiça campeavam, não era possível contar com a bênção de Yahweh, antes, com o castigo.

O erro de Hananias consistiu em se contentar com uma leitura superficial da história e não perceber o quanto contradizia o querer divino. Por isso, sua pregação revelou-se apressada e falsa.

d. A providência imediata

Jeremias aconselhou a Sedecias: "Submetei vosso pescoço ao jugo do rei da Babilônia; servi a ele e a seu povo, e vivereis" (Jr 27,12). E exortava-o a não dar ouvido aos "vossos profetas, adivinhos, sonhadores, encantadores e mágicos que vos dizem: 'Não servireis ao rei da Babilônia'" (Jr 27,9). Aos olhos do povo, isto era chocante. Porém, era o caminho da esperança. Recusá-lo seria o fim.

e. Uma esperança realista

Muitos sinais de esperança estão disseminados na pregação de Jeremias¹⁵:

- Na carta aos exilados, exorta-os a instalar-se na Babilônia (cf. Jr 29). Porém,

o retorno e o recomeço da vida na terra eram absolutamente certos, embora sendo necessário esperar "setenta anos" (cf. v. 10). A história do povo eleito não chegara ao fim com a trágica experiência do exílio¹⁶.

- Num tempo de incerteza, durante o reinado de Sedecias, "enquanto o exército do rei da Babilônia cercava Jerusalém e o profeta Jeremias encontrava-se preso no pátio da guarda" (Jr 32,2), não hesitou em comprar um terreno em Anatot, pois era seu direito, quando um de seus primos veio oferecer-lho em compra. O motivo para a aquisição, insensata à primeira vista, era: "Ainda se comprarão campos nesta terra" (Jr 32,43). A desgraça haveria de ter um fim e a vida continuaria.

- Jeremias escreveu também um bilhete aos exilados e enviou-o por um membro da comitiva de Sedecias. Era um anúncio de desgraça para a Babilônia. Fora-lhe dada a seguinte recomendação: o bilhete deveria ser lido e, em seguida, atado a uma pedra e lançado no meio do rio Eufrates. Era bem claro o sentido deste gesto simbólico: "Assim afunde a Babilônia e não se levante mais por causa da desgraça que eu faço cair sobre ela" (Jr 51,64). A futura queda da Babilônia seria penhor de liberdade para o povo.

- Jeremias foi detido quando se dirigia à região de Benjamim para receber uma herança. E foi considerado traidor, pois pensaram estar se bandeando para os babilônios (cf. Jr 37,11-16). Se ia rece-

¹⁵ Outros textos, onde Jeremias "exprime sua visão de futuro", numa linha de esperança, são comentados por A. Ridouard, *Jérémie - l'épreuve de la foi*. Paris: Cerf, 1983, pp. 87-96.

¹⁶ "A carta não quer destruir todo e qualquer tipo de esperança. Ela proclama um novo início a partir da estaca zero do cativeiro... A salvação não anula o juízo - no caso, o exílio - há possibilidade de vida nova, a partir da estaca zero" (N. Kilpp, "Jeremias escreve aos exilados. A dimensão crítica do anúncio profético de salvação", *Estudos Teológicos* 28 (1988) 16.20).

ber uma herança, é porque tinha esperança de, no futuro, poder usufruir dela. Caso contrário, arriscava-se de forma desnecessária, pois a situação era de tensão, com o exército inimigo às portas da cidade.

• Quando Jerusalém foi totalmente arrasada, por ocasião da segunda deportação, em 587 a.C., o profeta teve a chance, oferecida pelos babilônios, de decidir sobre o seu futuro. Ele preferiu permanecer no país, em meio aos escombros da destruição, seguro da reconstrução. Os babilônios foram magnânimos para com ele. Propôs-lhe o comandante da guarda: “Eis que te solto hoje dos grilhões que tens em tuas mãos. Se te agrada vir comigo para a Babilônia, vem e olharei por ti. Se não te agrada vir comigo para a Babilônia, deixa. Vê: tens diante de ti todo o país; vai para onde te agrada e for conveniente” (Jr 40,4). Sua preferência por ficar na terra justifica-se pela esperança de ver a vida renascer e o futuro tornar-se realidade.

4. A esperança jeremiana da VR

Diante do atual quadro da VR e considerando a forma como o profeta Jeremias viveu a esperança, é possível tirar algumas conclusões.

a. A esperança nasce quando caem por terra todas as seguranças humanas.

A VR entrou num beco sem saída quando se tornou uma estrutura monolítica, onde Deus, no seu Mistério e na sua Transcendência, deixou de ser o seu alicerce, embora confessado com a boca, na intenção e em certas manifestações exteriores. Falando sem rodeios: quando os religiosos/as passa-

ram a se preocupar mais com seus bens e suas propriedades, suas obras monumentais; tornaram-se guardiões de preciosidades intocáveis e imutáveis; passaram a se preocupar mais consigo mesmos e com suas picuinhas comunitárias; estreitaram seus horizontes missionários e se acomodaram na mesquinhez de seus projetos pequenos a VR ficou sufocada. Faltou lugar para Deus, para a generosidade profética, para o testemunho autêntico de comunhão com o Mistério.

Enquanto tudo isto não for “arrancado e derrubado, arruinado e demolido” (Jr 1,10), estaremos longe de realizar nossa missão na Igreja e no Mundo: ser testemunhas do Absoluto e do reinado de Deus. Por isso, o atual momento da VR é prenhe de possibilidades, pois propicia a chance de recuperar nossa verdadeira identidade de religiosos/as.

Tendo diante de si as ruínas da Cidade Santa, o profeta antevia a possibilidade de nascer algo novo. Igualmente, a VR! Se não for capaz de se abrir para a esperança e entender o momento atual como tempo de graça – tempo de redescobrir o Senhor – então, sim, estará fadada a desaparecer. E seu desaparecimento não fará nenhuma falta!

Entretanto, se for capaz de dar a volta por cima, terá a chance de se apresentar com um rosto novo. Talvez, mais próximo das expectativas do Senhor. Se entender estar vivendo um “tempo de sinais” e perceber os “sinais dos tempos”, fincados na história pelo próprio Senhor, então, sim, poderá experimentar uma verdadeira refundação, como restabelecimento de seus primitivos alicerces, abandonados por séculos de desvios e extravios.

b. A esperança supõe deixar Deus ser o centro da vida

O novo da VR não acontecerá por meio de feitos mirabolantes, de idéias fabulosas, saídas de mentes iluminadas, nem, tampouco, será a reedição mal enjambrada do passado. O Espírito pede dos religiosos/as fazer, de fato, a experiência do mistério inefável de Deus, revelado por Jesus e, na força do Espírito Santo, centrar nele suas vidas. Este apelo toca a todos os religiosos/as, sem exceção. Quem for capaz de responder-lhe, com grande ânimo e generosidade, fará a esperança se tornar realidade na VR, pois o próprio Deus cuidará de guiá-la pelos caminhos, por ele traçados. E, assim, serão rompidos os limites dos cálculos humanos, bem feitos e programados, mas, sem consistência divina.

Esta experiência radical deverá perpassar todos os âmbitos da VR, a começar pela formação inicial. E, antes ainda, pelo processo de seleção dos candidatos/as. Portanto, as portas da VR não poderão ser abertas a pessoas à procura de segurança, num mundo inseguro e ameaçador, aspirando uma vida acomodada e instalada; a pessoas demasiado seguras de si mesmas e com projetos pessoais tão claramente definidos, a ponto de faltar espaço para Deus lhes fazer novos apelos; a pessoas tão imbuídas dos valores negativos da modernidade – materialismo, consumismo, hedonismo, individualismo, narcisismo, competitividade –, sem o desejo de substituí-los pelos valores evangélicos – comunhão, partilha, solidariedade, reconciliação; a pessoas de personalidade amorfa, sem conteúdo, passivas, pessimistas, depressivas.

Pelo contrário, as portas da VR devem estar sempre abertas para quem, de verdade, deixou-se fascinar pelo Absoluto e é guiado por ele, em meio aos percalços e incertezas da vida. Para quem rejeita a idolatria, em todas as suas versões, e se converte ao Deus vivo e verdadeiro, e nele põe a sua esperança.

O profeta Jeremias declarou uma luta, sem trégua, contra a idolatria. O efeito mais perverso dos ídolos na vida do povo era o de levá-lo a se des-centrar de Yahweh e a assumir um modo de proceder incompatível com a sua fé, cujo desfecho previsível era a injustiça. Para ele, a esperança começava por uma volta – conversão – à fidelidade a Yahweh. Quando isto acontecesse, aí sim, a esperança se tornaria realidade. O futuro seria carregado de esperança.

c. A esperança exige alargar os horizontes e olhar para além do presente

As agruras da VR têm gerado um estreitamento de horizonte. O futuro descortina-se incerto, provocando medo e insegurança. Para onde caminhar? O que fazer? Que ideais cultivar? Tem sentido consagrar-se a um projeto de vida questionado e votado à extinção? Resulta daí a vivência do presente como fatalidade, sem transcendência, sem perspectiva.

Em relação ao passado, observa-se duas posturas principais: uns tendem a renegá-lo e a desconhecer-lhe qualquer valor e importância; outros, a supervalorizá-lo, considerando-o “o” tempo ideal de fidelidade, de grandes iniciativas, de testemunhos autênticos de generosidade e, por conseguinte, um

tempo de felicidade. Quiçá, algum religioso/a, em crise de saudosismo, dirá: “Eu era feliz e não sabia!” E assim, vive o presente com um sentimento de “perda”, de tristeza, sem ânimo para enfrentar grandes desafios. Pensa-se: “Não tem sentido a gente trabalhar tanto, e depois ver o nosso trabalho jogado no lixo!”

A raiz destes sentimentos e outros semelhantes é uma crise de fé: uma crise teológica. O horizonte encolhe-se na medida do estreitamento de nossa imagem de Deus. Em outras palavras, quanto mais Deus fica reduzido ao nosso tamanho e dimensão, tanto mais a existência nos sufocará. É desafiador adorar um “Deus sempre maior”, a implodir todas as estruturas e a nos projetar para além de nós mesmos, para além do tempo – embora permaneçamos com os pés fincados na história – e a nos descortinar possibilidades insuspeitáveis, mesmo onde tudo pareça ter chegado ao fim.

Este foi o Deus de Jeremias, que lhe possibilitou antever a catástrofe. Mas, para além dela, o recomeço da vida. Com o despontar do fim, portanto, o novo já começava a germinar. Como? Quando? Com que mediações? Em que circunstâncias? O profeta, numa conjuntura confusa e adversa, não tinha condições de responder a tantas questões. Porém, mantinha-se firme na esperança, certo de ser Yahweh o Senhor da história, de cujo senhorio nada escapa.

Por conseguinte, quem vive sufocado pela estreiteza de seus horizontes e

se recusa a olhar para além do presente e a projetar-se num futuro de esperança, tem sérios motivos para questionar os fundamentos de sua fé.

d. A esperança leva-nos a contar com um futuro que não é mera repetição do passado-presente, mas criação do novo

Com séculos de história, a VR acumulou muita experiência, nas mais variadas situações. Em cada momento histórico, foi capaz de dar respostas criativas aos desafios enfrentados. As ordens, congregações, institutos de vida apostólica e tantos outros movimentos de vida consagrada surgiram como respostas concretas e situadas a desafios defrontados pela VR¹⁷. Jamais a VR deixou de ser criativa e nunca permitiu ser atropelada pelos percalços da história. Com a força do Espírito, soube responder, à altura, a todos os seus desafios. Seria incompatível com a sua vocação e com a sua tradição se, na atual quadra da história, capitulasse diante das dificuldades.

Sem dúvida, respostas criativas já estão sendo dadas. Talvez a cegueira e a falta de discernimento nos impeçam de vê-las e de reconhecê-las como tais. Como o novo provoca medo e arrepio em muitos, é sempre perigoso contentar-se com reformismos superficiais, adaptações inadequadas, maquiagens cosméticas, e deixar tudo intocável. Infelizmente, isto acontece com relativa frequência. Mas, como não leva a nada, persistem os incômodos, o mal-

¹⁷ Cf. Jaldemir Vitório SJ, “Refundação: Aprendendo da História”, in VV.AA., “Tempo de Sinais – Sinais dos Tempos”: Provocações para a Refundação da Vida Religiosa. Rio de Janeiro: CRB, 2000, pp. 15-27 (Cadernos da CRB 29).

estar, um certo desassossego, por continuar intocável a infidelidade a Deus e a resistência a se deixar guiar por sua providência.

Por outro lado, certas estruturas eclesiais impedem o desabrochar do novo e podam as iniciativas, novas e criativas, ao tentar enquadrá-las em esquemas anacrônicos, inadequados para os tempos atuais. É a persistência da velha questão da relação entre carisma e instituição. No caso, a afirmação da instituição acontece em detrimento do carisma. A instituição, cuja missão consiste em se colocar a serviço do carisma, servindo-lhe de mediação para a eficácia da ação do Espírito na vida da Igreja, torna-se um empecilho que, em muitos casos, abafa ou elimina os carismas. A obra de Deus acaba sendo destruída por aqueles/as cuja missão seria, exatamente, a de promovê-la e incentivá-la, fazer de tudo para o seu progresso e a sua afirmação na história. São as contradições humanas!

O profeta Jeremias não olhava para o futuro como repetição do passado. Aliás, o passado de idolatria e de infidelidade do povo de Israel não se recomendava¹⁸. Na sua perspectiva, Deus edificaria o novo Israel em novas bases, mais condizentes com o seu projeto de justiça, amor, misericórdia e fidelidade. Ou seja, seria o mesmo Israel do passado, embora, reconfigurado e conformado com o querer divino.

Espera-se da VR, no futuro, ser a mesma VR de sempre, porém fiel à sua identidade e missão de testemunha do Absoluto de Deus na história humana.

e. A esperança resulta da capacidade de recomeçar, quando tudo parece ter chegado ao fim

Muitas vezes, o desafio da esperança encontra os indivíduos cansados de tanto lutar ou desencorajados a começar uma vez mais. Entretanto, os construtores/as da esperança são incansáveis e não se deixam abater. Estão sempre dispostos, se for preciso, a retomar tudo da estaca zero. Recusam-se a cruzar os braços e a dar por encerrada a sua tarefa, antes do tempo. Seguem em frente, abrindo caminhos, com a graça de Deus: "Quem sabe faz a hora, não espera acontecer!" Ou, como diz o poeta: "Caminheiro, não existe caminho; faz-se caminho ao andar!"

É consolador ver religiosos/as que não se deixaram abater pelo contra-testemunho alheio, pela deserção de muitos, pela acomodação, pessimismo e negatividade de tantos companheiros/as. Antes, mesmo depois de uma longa caminhada, conservam o ardor juvenil de seus primeiros anos de VR e estão sempre dispostos a se colocar na vanguarda; oferecem-se para atuar em novas fundações; maravilham-se com as missões "ad gentes"; incentivam os mais jovens e animam quem atua em condições

¹⁸ "Eis que virão dias – oráculo do Senhor – em que selarei com a casa de Israel e a casa de Judá uma aliança nova. Não como a aliança que selei com seus pais no dia em que os tomei pela mão para fazê-los sair do Egito, aliança que eles mesmos romperam, embora eu fosse o seu Senhor – oráculo do Senhor!" (Jr 31,31-32).

desafiadoras e exigentes. O tempo e a idade não arrefeceram o seu vigor apostólico, nem os levaram a viver dos juro do passado e a colher os louros de um tempo que não mais existe. São homens e mulheres do futuro, sempre projetados para a frente. São os descortinadores da esperança. São os verdadeiros homens e mulheres de Deus.

O profeta Jeremias julgou ser a permanência na terra a melhor forma de colaborar com a reconstrução do país em ruínas, apesar da oferta feita pelo rei dos babilônios. Junta-se a Godolias para enfrentar a tarefa de recomeçar. Seu gesto é um exemplo de otimismo e de fé. Ele não se põe a “chorar o leite derramado”. Pelo contrário, lança-se na construção do futuro de forma ativa, criativa, dinâmica e realista.

f. A esperança constrói-se na atenção à história, deixando-se afetar pela realidade, e com muito discernimento e coragem para denunciar, com ardor profético, os desmandos e as infidelidades contra o projeto de Deus

Existem religiosos/as, até mesmo superiores/as maiores, sem a mínima noção do mundo a seu redor. Os motivos são muitos: estão demasiado ocupados, sem tempo para acompanhar os noticiários, ler jornais, manter-se atualizados através de leituras, cursos; falta-lhes o hábito de refletir, pois foram acostumados a “comer o que se lhes põem na frente”, sem se dar ao trabalho de analisar, criticar, ponderar; suas vidas giram em torno de problemas irrelevantes, “fofoquinhas”, intri-

gas, maledicências, conluios e conchavos, parecendo-lhes inútil “perder tempo” com outros tipos de questões; estão, de tal forma, seguros de suas próprias idéias – ideologias? – e esquemas mentais, a ponto de julgar desnecessário auto-questionar-se, para verificar se, de fato, o mundo real corresponde ao que têm na cabeça; olham o mundo com tanta desconfiança, certos de não existir, nele, nada de bom e salvável, e não se dão conta de ser este o mundo a ser conhecido e evangelizado; olham o mundo com tanto entusiasmo e otimismo, seguros de se tratar de um mundo bom, não reconhecido apenas pelos retrógrados, incapazes de aproveitar as maravilhosas oportunidades oferecidas e, por isso, não se dão conta da maldade e da injustiça, solapadoras dos alicerces da sociedade.

A esperança, porém, exige dos religiosos/as passar a história pelo crivo do querer divino, verificando seus componentes bons e louváveis, sinais da ação do Espírito no coração humano; seus componentes condenáveis, a serem denunciados com audácia profética; e as estruturas a serem modificadas. Percebem o coração do mundo e da história como lugar onde se realiza a sua missão, e devem ser a presença do amor misericordioso de Deus. Esta é uma esperança positiva, otimista, pé-no-chão. Uma esperança atenta aos “sinais dos tempos”, para quem, qualquer tempo pode ser “tempo de sinais”.

O discurso de Jeremias nos portões do Templo de Jerusalém é uma mostra da acuidade de seu discernimento histórico. A esperança de salvação do povo estava condicionada a uma mudança ra-

dical de vida¹⁹. O profeta tinha uma clara consciência dos fatos, envolvendo a vida do povo. Entretanto, sua leitura da realidade não era feita do ponto de vista das autoridades e das elites abastadas. O prisma de sua hermenêutica histórica era o projeto de Deus, por cujo juízo passava a realidade.

g. A esperança não se deixa encantar pelos falsos profetas, com suas soluções simplificadas e suas falsas leituras da história

O caminho da esperança é o caminho da cruz e da ressurreição. Porém, certas correntes conservadoras da VR sentem-se felizes e confirmadas porque, ao exigir o uso do hábito, atraem muitas vocações; ao impor um estilo de vida nos moldes de antigamente – tudo muito bem regrado e determinado –, dão segurança às novas vocações; ao fundar e gerenciar obras de grande vulto, imaginam-se senhores/as do mundo, no estilo dos neo-pentecostais e sua teologia da prosperidade; ao assumir comportamentos mundanos – consumista, materialista, hedonista, idólatra –, consideram-se modernos/os, em dia com o mundo de hoje; ao se dedicar a certos apostolados com forte exposição na *midia*, pensam estar evangelizando o mundo, embora excluindo de seu elenco os temas evangélicos da justiça, da opção pelos pobres, da solidariedade com os injustiçados, da construção de um mundo mais humano; ao terem acesso à parafernália *high*

tech, julgam-se estar a anos-luz na frente do resto da humanidade, excluído do mundo dos endinheirados. São muitas as formas de se auto-enganar. Todas elas têm em comum a abolição do mistério da encarnação, com sua dinâmica de *kénosis*, de esvaziamento, como caminho para a glorificação, por obra do Pai. Em geral, imaginam ser possível chegar à ressurreição sem a cruz; à glória, sem a humilhação. E, assim, desdizem o Evangelho!²⁰

Jeremias não simplificou a história e foi crítico dos falsos profetas, com suas visões mágicas da ação de Yahweh em favor do povo²¹. Antes, entendeu a história na sua complexidade, percebendo por onde deveria passar o caminho de sua pregação e as conseqüências previsíveis. O confronto com a humilhação, a perseguição, as calúnias, a tortura e as ameaças de morte não arrefeceram a sua fé. Foi capaz de nutrir a esperança em seu coração, mesmo desaconselhado pelos fatos, consciente de ter Yahweh consigo, como lhe havia prometido: “Eu estarei contigo” (Jr 1,19).

A pregação dos falsos profetas, apesar da “unção” teológica, soava-lhe insensata: Deus não haveria de intervir de forma mágica na vida do povo, prescindindo de uma radical conversão e purificação. A esperança não aconteceria pelo caminho fácil das soluções caídas do céu. Era preciso contar com a dor e o sofrimento.

¹⁹ “Se realmente melhorardes vossa conduta e vosso modo de agir, se praticardes o direito um para com o outro, se não oprimirdes o estrangeiro, o órfão e a viúva, não derramardes sangue inocente neste lugar e não correrdes atrás dos deuses estrangeiros para vossa desgraça, então habitarei neste lugar, no país que dei a vossos pais, desde muito tempo e para sempre” (Jr 7,5-7).

²⁰ Cf. Mc 8,34-35; Jo 12,24.

²¹ Cf. L. Garmus, “Verdadeiros e Falsos Profetas”, *REB* 33 (1973) 547-578.

h. A esperança verdadeira gera alegria, otimismo, positividade, confiança no futuro... mas sem prescindir de um engajamento ativo, construtivo na história

Ao falar da esperança da VR, numa conjuntura difícil de sua história, é impossível omitir o tema da alegria. Não a alegria superficial, artificial, barulhenta, alienada, ingênua, efêmera dos inconscientes e inconseqüentes. A alegria dos tolos! Mas a alegria enquanto estado de espírito, modo de viver: alegria existencial, silenciosa, espiritual, fundamentada, profunda, duradoura, evangélica.

É a alegria estampada no rosto de tantos religiosos/as que fizeram experiências difíceis; passaram por frustrações e não viram seus projetos se realizarem como gostariam; estão prostrados numa cama ou dependem de uma cadeira de rodas, mas nutrem o desejo de serem úteis; vêem-se impossibilitados de fazer tudo quanto gostariam e, mesmo assim, não se consideram derrotados, nem acham ter perdido o seu tempo ao abraçar a VR. Sentem-se, existencialmente, realizados e plenificados. Esta é a alegria que brota da esperança.

Seria uma tarefa quase impossível abordar o tema "alegria" na vida de Jeremias. Aliás, o Jeremias das "Confissões" dá mostras de estar triste e deprimido. Questiona o próprio nascimento (cf. Jr 15,10; 20,14) e a vida que leva: "Nunca me assentei na companhia de gente alegre para me divertir. Por causa de tua mão, assentei-me sozinho, pois tu me encheste de indignação" (Jr 15,17). E levanta dúvidas sobre a alegria trazida à sua família, por ocasião do seu nascimento (cf. Jr 20,15).

Mas, se consideramos a alegria no

sentido mencionado mais acima, encontraremos uma experiência paradigmática no profeta de Anatót. Num momento de crise vocacional ele confessa: "Quando se apresentavam palavras tuas eu as devorava. Tuas palavras eram meu contentamento e a alegria de meu coração" (Jr 15,16). A alegria, na vida do profeta, provinha da presença da Palavra de Deus em seu coração. Tinha como efeito torná-lo otimista em relação ao futuro, mas sem privá-lo do senso crítico. A alegria não o tirava do chão da realidade. Embora a dureza da realidade insistisse em tirá-lo e torná-lo deprimido e desanimado, não se deixava vencer. Prova disto, foi a confiança com que se juntou a Godolias na dura tarefa de reconstrução.

O testemunho de alegria de tantos religiosos/as deve servir de alerta a quem está contaminado pelo vírus da tristeza, da frustração, da angústia e da negatividade. Este vírus perverso bloqueia-os e empurra-os, com cada vez mais força, no caminho da infidelidade e da autodestruição. Urge precaver-se contra este inimigo da esperança na VR.

i. A esperança acontece na solidariedade com os pobres e deserdados deste mundo e no empenho denodado pela justiça

A esperança da VR, em consonância com a espiritualidade profético-evangélica, é motivada por uma acentuada preocupação pela justiça e leva os religiosos/as a se empenharem pela construção de um mundo melhor. Confronta-os com rostos concretos de excluídos da sociedade de bem-estar. A esperança expressa-se em forma de presença solidária junto a eles, visando a elimi-

nação de toda sorte de injustiça e de marginalização. É como se a esperança transbordasse do coração dos religiosos/as e contagiasse aqueles que, esmagados pelo peso da maldade humana, não têm motivo para esperar.

Jeremias foi sensível ao tema da justiça. Voltou-se contra a corrupção dos mandatários de Jerusalém, os quais “não respeitam o direito dos órfãos, nem julgam a causa do pobre” (Jr 5,28). Condenou um tipo de religiosidade, refratária à justiça e à solidariedade (cf. Jr 7). O profeta não suportava a invocação do Templo, sem um sério esforço para eliminar a injustiça. “Não vos fieis em palavras mentirosas, repetindo: ‘Templo do Senhor, Templo do Senhor, Templo do Senhor’” (Jr 7,4). Exortou a casa real: “Praticai o direito e a justiça. Livrai o explorado da mão do opressor. Não oprimeis o estrangeiro, o órfão ou a viúva. Não os violentes nem derrameis sangue inocente neste lugar”. Denunciou, impávido e com firmeza, a injustiça cometida pelo rei Joaquim. “Ai do que constrói sua casa sem justiça e sua habitação sem direito, que faz seu próximo trabalhar de graça e não lhe paga o salário” (Jr 22,13). Pelo contrário, louvou a postura do rei Josias: “Praticou o direito e a justiça... Julgou a causa do miserável e do pobre e, então, era feliz” (Jr 22,15-16).

Projetando-se para o futuro, o profeta manifesta o seu anseio de ver a justiça acontecer, a começar pela ação do rei. “Naqueles dias, naquele tempo, farei germinar para Davi um germe justo, que exercerá o direito e a justiça na terra” (Jr 33,15; cf. 23,5).

A preocupação com a justiça deve ocupar um espaço privilegiado na

esperança dos religiosos/as. Sem o zelo pela causa da justiça, vivido com serenidade e seriedade, os religiosos/as darão mostra de desumanidade e insensibilidade em relação aos prediletos de Deus, os pobres e marginalizados. Isto seria um injustificável contratestemunho, a ser evitado a todo custo. Seria a negação da VR, no núcleo constitutivo de sua identidade.

*j. A esperança leva a acreditar,
quando ninguém acredita; a esperar,
quando todos se desesperam; a
manter viva a chama do ideal,
quando, em muitos, ela já se apagou;
a sorrir, quando muitos choram e se
lamentam*

A esperança é teimosa e insistente. Mantém-se bem firme nos momentos de fracasso, pois seu horizonte é suficientemente amplo para abarcar o horizonte de Deus. Um ditado popular ensina: “A esperança é a última que morre”.

Porém, a esperança é sensata e não insiste no ultrapassado, anacrônico, inútil, sem sentido, sem densidade evangélica, sem relevância eclesial e social. É a esperança do Reino, com a sua expectativa de ver o senhorio de Deus acontecer na sociedade e na Igreja, como superação da maldade e da injustiça e a implantação da fraternidade e da solidariedade.

Depois de 587, quando Jerusalém e o Templo foram arrasados, sem dúvida, um profundo desânimo tomou conta do povo remanescente em Judá. Então, a missão de Jeremias consistiu em propagar a esperança de um novo começo. A esperança de um futuro! Sua permanência em Israel aponta para isto. Não temos informações de como o pro-

feta desenvolveu seu ministério. O certo é que, em momento algum, duvidou de estar diante de um novo começo, quando muitos estavam certos da chegada de um fim implacável.

Dos religiosos/as, movidos pela esperança jeremiana, espera-se postura idêntica à do profeta. Serão, então, capazes de transformar o fim em começo; as trevas da madrugada em antecipação à luz da aurora; o fracasso em incentivo para se relançar com novo ardor.

k. A esperança gera intrepidez que não deixa ter medo de ser tachado de "falso profeta", quando os profetas de mau augúrio, sempre de prontidão, negam qualquer perspectiva de futuro para a VR

Certos círculos eclesiais estão seguríssimos de a VR encontrar-se nos estertores da morte. É uma questão de tempo e esta página da história da Igreja estará definitivamente passada. Quem ousa defender a validade e a relevância da VR, na Igreja e no Mundo, é tido na conta de ingênuo, desprovido de senso crítico e incapaz de dar-se conta da realidade. Em outras palavras, faz o papel de falso profeta, anunciador de uma falsa esperança. A verdadeira esperança, pelo contrário, desmascara os falsos dogmas dos falsos profetas: "não tem solução para a atual crise a VR"; "não existe saída"; "é inútil insistir na-

quilo que já perdeu sua razão de ser".

Quicá, os super-críticos da VR pensam que se postula uma reedição do passado, com os religiosos/as gerindo obras monumentais, com um contingente enorme e crescente de consagrados/os, com os noviciados abarrotados de novas vocações, com o cultivo de um estilo de vida bem estruturado e afastado do mundo. Porém, não está aí a esperança da VR. O futuro esperançoso da VR deve ir na contramão deste saudosismo inoportuno.

A VR terá futuro se tiver uma face mais evangélica, configurada com o modo de proceder do Mestre Jesus; se abrir mão de suas seguranças e redescobrir seu verdadeiro lugar: entre os pobres e marginalizados deste mundo; se descobrir novas formas de expressão de seus carismas; se, afinal, compreender e puser em prática a dinâmica do Mistério Pascal, com seu movimento de vida-morte-ressurreição; se tiver a coragem de se arriscar, para estar ali onde o Senhor espera que esteja; se, realmente, acreditar, como Jeremias, que o futuro da VR, apesar dos pesares, é feito de esperança.

Endereço do autor:

*Av. Doutor Cristiano Guimarães, 2127 – Planalto
Caixa Postal 5047 – CEP 31611-970
31720-300 BELO HORIZONTE – MG
Tel.: (31) 3499-1624 e Fax (31) 3499-1611*

E-mail: vitoriosj@hotmail.com

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1 Quais os principais traços que caracterizam o contexto da expressão bíblica "Há uma esperança para o teu futuro"?
- 2 Qual o sentido mais profundo da palavra do profeta dirigida ao povo naquele contexto?
- 3 Como viver hoje uma esperança sólida e lúcida no futuro da Vida Religiosa?

O impacto da cultura da comunicação na vida religiosa

VERA IVANISE BOMBONATTO

No crescente e complexo processo de globalização que caracteriza a nossa sociedade¹, a revolução tecnológica da comunicação e sua incidência nas rápidas transformações sócio-culturais² é uma das grandes novidades. A dinâmica da sociedade está fortemente norteadada pela mídia e pelas técnicas de transmissão das informações. As mudanças se processam de forma tão rápida que nem sempre é possível acompanhar o seu ritmo veloz, perceber seu significado e a abrangência de suas implicações mais secretas.

Estas transformações trazem no seu bojo uma exigência fundamental para a vida consagrada. De um lado, ela precisa ser fiel ao projeto de Jesus e consolidar sua identidade profética; de outro, é chamada a acompanhar as transformações sócio-culturais e dar respostas evangélicas aos grandes problemas que afligem a humanidade hoje.

Um dos desafios que a vida consagrada enfrenta hoje é, sem dúvida, o impacto produzido pela *cultura da comunicação* na vida do povo, influenciando no seu modo de ser, de viver e de pensar. Percebemos, por exemplo, e às vezes com tristeza, que está crescendo a brecha que separa o modo de conceber a vida e os valores

pela sociedade atual e pelas congregações religiosas. Corremos o risco de criar dentro da vida religiosa uma sub-cultura com normas, conceitos e significados próprios, muitas vezes, ininteligíveis no contexto social. É necessário estabelecer pontes que aproximem a vida consagrada da sociedade e da cultura da comunicação, sem perder sua identidade.

Tendo presente esta situação, é importante desencadear um processo de reflexão que leve a tomar consciência das grandes transformações que estão ocorrendo na sociedade e a nos posicionarmos de forma evangélica diante delas. Dada a complexidade do assunto, limitamos nossa reflexão a dois aspectos nevrálgicos: o *significado do conceito cultura da comunicação* (1) e *algumas transformações significativas* (2).

1. O significado do conceito cultura da comunicação

Vivemos quotidianamente bombardeadas por uma infinidade de informações, sons e imagens processadas em ritmo veloz e que influenciam no nosso modo de pensar e de viver. Esta constatação levou os estudiosos desse fenômeno a designar esse momento

¹ Cf. CAMACHO LARAÑA, Ildefonso, Globalização: realidades e mitos. In: LIMA, Degislando Nóbrega de & TRUDEL, Jacques, *Teologia em diálogo*, pp. 209-252.

² OLIVEIRA SOARES, Ismar de. *Sociedade da Informação ou da Comunicação*, p. 11.

histórico em que vivemos como a era da comunicação.

Na sociedade pós-moderna, a comunicação³ não é simplesmente um meio (jornal, cinema, rádio, TV, entre outros) para comunicar a mensagem. A preocupação fundamental não gira ao redor da necessidade ou não de usar estes instrumentos e de saber comunicar por meio deles. A comunicação tornou-se um ambiente vital, ou seja, uma *nova cultura*⁴ que influencia todos os aspectos da vida individual, familiar, social e religiosa do povo. É uma realidade complexa que não existe isoladamente; é um elemento articulador que incide na vida humana, provoca mudanças, criando novos significados e símbolos.

Assim, podemos afirmar que, no amplo horizonte da cultura moderna, a *cultura da comunicação* é um fenômeno complexo, caracterizado como um modo de viver e de se relacionar com o mundo que favorece uma experiência humana particular em que os dados antropológicos, psicológicos, sociológicos, pedagógicos e semiológicos são definidos de uma maneira nova.

A Igreja percebeu esta mudança. Na encíclica *Redemptoris Missio*, n.37, o

Papa João Paulo II advertiu: "O uso dos mass-media, no entanto, não tem somente a finalidade de multiplicar o anúncio do Evangelho: trata-se de um fato muito mais profundo, porque a própria evangelização da cultura moderna depende, em grande parte, da sua influência. Não é suficiente, portanto, usá-los para difundir a mensagem cristã e o Magistério da Igreja, mas é necessário integrar a mensagem nesta "nova cultura", criada pelas modernas comunicações."⁵

A cultura da comunicação nasce no ambiente vital da revolução tecnológica e se desenvolve acompanhando a lógica das novas tecnologias. Existe uma inter-relação entre tecnologias e comunicação: mudando a tecnologia, muda o conceito e a forma de comunicar. A consciência desta relação nos leva a perceber a existência, na sociedade atual, não apenas da brecha entre os que possuem as tecnologias da informação (os ricos) e os que não possuem (os pobres), mas também uma crescente e preocupante desigualdade cultural entre gerações, acrescentando um novo desafio para a vida religiosa, particularmente no caminho formativo dos jovens religiosos e religiosas.

³ Segundo Armand e Michèle Mattelart, "A noção de comunicação cobre uma multiplicidade de sentidos. Se isso vem sendo assim há muito, a proliferação das tecnologias e a profissionalização das práticas acrescentaram novas vozes a essa polifonia, num fim de século que faz da comunicação uma figura emblemática das sociedades do Terceiro Milênio". *História das teorias da comunicação*, p. 9.

⁴ "Há muitas formas de entender cultura. A mais freqüente é a que identifica cultura como o desenvolvimento do espírito humano: o conhecimento, a arte, a ciência. Mas não é esta a acepção que aqui nos interessa. Para a nossa finalidade apostólica, tomamos cultura como o dinamismo social peculiar pelo qual o grupo humano vive, sente, se relaciona, organiza-se, celebra e comunica a vida. A cultura, portanto, vive na realidade concreta de seus membros, no seu modo de agir, de ser e de expressar-se" CARVALHO DE AZEVEDO, M. *Viver a fé cristã nas diferentes culturas*, p. 27.

⁵ O papa João Paulo II retoma o tema da "cultura da comunicação" nas exortações apostólicas pós-sinodais *Ecclesia in Africa*, nn. 71 e 122-126, *Ecclesia in America*, nn. 72 e *Ecclesia in Asia*, n.48.

Neste momento da história, o Espírito geme e sofre no interior da vida religiosa e solicita uma dupla mudança: um radical retorno ao Mestre e Senhor da vida e uma radical transformação das categorias do pensamento para responder com nova criatividade aos desafios e às oportunidades que a cultura da comunicação abre para o anúncio do Evangelho.

Essa cultura possui algumas características próprias que, quando profissionais e sabiamente usadas, ajudam na evangelização. Entre estas características podemos lembrar: *a globalidade, a multimedialidade, a interatividade e a virtualidade.*

A *globalidade* possibilita, com os meios tecnológicos: satélite, computador, modem, linha telefônica, estabelecer relações, em tempo real, entre diferentes pontos do globo terrestre, pode, por isso, ajudar no cumprimento do mandato de Jesus: "Ide pelo mundo inteiro e anunciai a Boa Nova a toda criatura" (cf. Mc 16,15).

A *multimedialidade* permite traduzir, concomitantemente, as experiências dos sentidos humanos e em várias linguagens: visiva, auditiva, audiovisual etc., pode, por isso, ajudar para que a mensagem do evangelho atinja a pessoa humana na sua totalidade.

A *interatividade*, permite que a pessoa seja, ao mesmo tempo, emissor e receptor, pode, por isso, possibilitar que ela se torne sujeito da evangelização.

A *virtualidade* permite criar realidades que não tenham como ponto de partida o mundo concreto, mas sejam geradas apenas por programas de informática, pode, por isso, ajudar a desenvolver a consciência e a compre-

ensão do universo simbólico e, consequentemente da simbologia religiosa.

Essas características próprias da cultura da comunicação têm um potencial positivo e podem facilitar a difusão do evangelho, mas devem ser acompanhadas pela força do testemunho evangélico de quem experimenta Deus na própria vida.

A cultura da comunicação, na sua abrangência e incidência social, atinge o coração da vida religiosa, seus valores e seu modo de exercer a missão, particularmente no que diz respeito a mudanças fundamentais na compreensão e na experiência de realidades básicas que tecem o cotidiano da vida humana.

2. Algumas transformações significativas

Sem pretender esgotar o assunto, salientamos algumas transformações fundamentais que estão ocorrendo na percepção e na vivência de conceitos tais como espaço, tempo, memória, tradição e verdade, que levam à *abolição das fronteiras geográficas, à simultaneidade e a contemporaneidade, ao saber em redes, ao pluralismo e a fragmentação da verdade.*

A abolição das fronteiras geográficas

Qualquer pessoa, com as tecnologias disponíveis, pode estar ligada a qualquer parte do universo. Computador, modem, linha telefônica, fibras óticas, satélites entre outras tecnologias modernas permitem estar presente em vários lugares ao mesmo tempo. Consequentemente, o espaço entendido como distância quantificável em metros e quilô-

metros é transformado em velocidade comunicativa e em ubiquidade.

Esta onipresença tem como consequência a abolição das fronteiras geográficas que permitem, de um lado, sonhar com um mundo sem fronteiras, possibilitando a livre circulação das pessoas e dos bens, a convivência pacífica entre diferentes expressões de fé, a cidadania mundial e as experiências interculturais; de outro, levam à homogeneidade, ao nivelamento cultural, à exclusão das minorias.

A mudança no conceito geográfico do espaço produz efeitos nos níveis: antropológico e psicológico em relação à identificação de si mesmo; sociológico, particularmente na socialização da pessoa; pedagógico, na formação em base a um modelo e semântica no que diz respeito ao sentido e significado que damos as coisas.

Tudo isso tem consequências sobre a ética individual e social e sobre o modo de conceber e viver a consagração. Até que ponto a vida religiosa está consciente desta realidade e aberta para reavaliar seus projetos de formação inicial e permanente no sentido de contemplar esta realidade emergente?

Outro ponto a ser considerado é o da estrutura geográfica das congregações religiosas. Embora conservando o valor da itinerância que está na raiz de sua vocação e missão profética, a vida consagrada, como instituição, move-se num conceito de espaço marcadamente geográfico, delimitando suas fronteiras (comunidade local, país, província, região) sob a tutela do poder institucionalizado e hierárquico (coordenador (a) de comunidade, su-

perior (a) provincial, delegado (a) regional, superior (a) geral). Esta organização institucionalizada no espaço conserva seu valor, particularmente no sentido funcional da vida religiosa.

Mas, diante deste novo horizonte que se desenha, como criar alternativas que respeitem a organização funcional delimitada no espaço geográfico e, ao mesmo tempo, contemplem o novo conceito de espaço sem fronteiras no que ele traz de positivo e inovador?

A simultaneidade e a contemporaneidade

Os grandes avanços tecnológicos, característicos da pós-modernidade levam a viver intensamente o momento presente. O “ao vivo” da televisão, o celular, a teleconferência eletrônica tendem a abolir o passado e o futuro para privilegiar o presente e o contemporâneo. A simultaneidade e a contemporaneidade exaltam o presente como tempo da existência, da “moda” do estar “em”, da novidade, da criatividade, do conformismo, da possível manipulação, dos ídolos, da fugacidade, da provisoriedade, do mutável, da flexibilidade.

Passa para o segundo plano a preocupação de valorizar o passado, na continuidade histórica e na riqueza de seu patrimônio cultural, e de planejar o futuro como modo de intervir e de direcionar os fatos. O presente se apresenta rico e variado, a ponto de eliminar a necessidade de aprender do passado e de projetar o futuro a longo prazo. Ter um projeto significa enquadrar-se no presente e apenas finalizá-lo num futuro imediato.

Não resta dúvida que simultaneidade e contemporaneidade constituem um avanço que derruba barreira na comunicação, agrega valores culturais e enriquece o cotidiano da humanidade. Entretanto, para a vida religiosa, alicerçada na memória do passado e chamada a viver na continuidade histórica e a atualizar no contexto atual o caminho de Jesus e a experiência carismática dos fundadores e fundadoras, coloca-se o desafio de descobrir um novo modo de conceber e de viver o projeto vocacional que esteja ao mesmo tempo, enraizado no passado, valorize o presente e projete o futuro. Descobrir uma nova forma de relação entre o passado e o presente, entre o presente e o futuro.

Na cultura da comunicação, o presente é mutável e incerto demais para oferecer bases sólidas para a construção do futuro. Daqui provêm a idéia de pertença temporária, isto é, até que dure (profissão religiosa, casamento, trabalho, etc.) Um projeto com um futuro a longo prazo é uma camisa de forças que impede de viver plenamente o momento presente. Esta concepção introjetada na mente dos formandos e formandas leva a relativizar a opção fundamental da vida religiosa, a profissão pública, por toda a vida, dos conselhos evangélicos da castidade, pobreza e obediência.

Conseqüentemente, estamos, mais uma vez, diante de uma ambivalência que exige discernimento e sabedoria nas escolhas. De um lado, a valorização do presente pode nos ajudar a resgatar o significado do tempo não como momento cronológico, (*cronos*), mas

como manifestação de Deus (*kairos*). De outro, a excessiva valorização do presente e sua fugacidade podem prejudicar um compromisso mais sério com o futuro, alicerçado não na nossa força e fidelidade, mas no Deus fiel que jamais nos abandona.

O saber em redes

A multiplicidade de informações encontradas com facilidade, rapidez e segurança nos grandes bancos de dados mundiais alteram o significado do conceito de memória e de tradição. O saber em redes tende a substituir a memória para favorecer na pessoa a satisfação das exigências do imediato. A memória já não precisa se transformar em sabedoria da tradição, basta que esteja disponível no momento. É a necessidade do presente que faz reviver o passado; o presente não é fruto do passado; é o presente que valoriza o passado. O presente dá vida ao passado.

Na tradição cristã, a abrangência do conceito de memória, ultrapassa os limites de simples informação acessível em qualquer parte do planeta e em qualquer momento, mas guarda em si um potencial profético de atualização da realidade lembrada no presente em vista do futuro e de transformação histórica em vista do Reino definitivo. Na última Ceia, depois de ter consagrado o pão e o vinho, Jesus acrescentou: "Fazei isto em memória de mim" (Lc 22,19). E o apóstolo Paulo lembra: "Todas as vezes que comeis deste pão e bebeis deste cálice, anunciais a morte do Senhor até que ele venha" (1Cor 11,26). A memória se torna proclamação da morte e ressurreição de Jesus, anúncio da libertação total da humanidade.

Como salvaguardar este significado profundo da memória, característico da nossa tradição religiosa e, ao mesmo tempo, usufruir os benefícios que a cultura da comunicação oferece em relação à memória acessível nos grandes bancos de dados é uma tarefa que nos cabe, neste momento histórico, para a vida religiosa.

A memória da humanidade pode ser encerrada nos bancos eletrônicos de dados e, conseqüentemente, a tradição deixa de ser um processo, uma seqüência genealógica de pai para filho, mas é um fato instantâneo, um mosaico sob o efeito de uma luz eficiente.

A fadiga da continuidade e da fidelidade ao original é substituída pela urgência do momento presente. Em relação ao passado, pode existir uma certa curiosidade satisfeita numa viagem virtual que produz novas sensações no presente, mas nunca a origem de um projeto para o presente.

Neste contexto, a vida religiosa sente-se impelida a salvaguardar a sua identidade, mantendo a constante tensão entre a fidelidade histórica e a atualização no presente do caminho de Jesus e da intuição carismática dos fundadores e fundadoras.

Pluralismo e fragmentação da verdade

A pretensão de uma verdade absoluta, que todos devem aceitar, que se impõe do exterior às pessoas, e de maneira indiscutível, é um modo de pensar ultrapassado e inconcebível na cultura da comunicação. A verdade é fruto de autoformação que valoriza os instrumentos e dados que existem à disposição nas redes eletrônicas.

O pluralismo oferecido pela comunicação se conjuga com a exigência da liberdade, da autonomia e da vontade do indivíduo. A verdade sofre as mudanças das pessoas, das situações. É uma verdade fragmentada, construída e não recebida antecipadamente, variável e não definitiva.

Esse modo de conceber a verdade na cultura da comunicação se choca com o conceito e a prática da verdade no interior da vida religiosa, alicerçada em verdades objetivas e muitas vezes incontestáveis. Eu sou a verdade (cf. Jo 14,6), disse Jesus e sua palavra, viva e eficaz, continua a ser um referencial para as nossas vidas. Talvez tenhamos ainda um longo caminho a percorrer no sentido da educação para a verdade e o pluralismo na vida religiosa.

Concluindo podemos afirmar que estamos vivendo na aurora de uma nova época, com características ainda não totalmente delineadas, que colocam à Igreja e à vida consagrada problemas novos, exigindo, mais do que nunca, dos religiosos e religiosas individualmente, e dos institutos e congregações como corpo uma atitude humilde e serena de escuta da realidade e de busca dos caminhos do Espírito.

Cabe à vida consagrada a desgastante tarefa de descobrir, com inteligência e discernimento, pontecialidades e possibilidades aparentemente inesperadas que garantam não apenas sua sobrevivência, mas sua visibilidade profética. Cabe aos religiosos e religiosas fazer desta aurora de uma nova época, a

vigília de uma nova era para a vida consagrada que requer um novo começo, uma refundação.

BIBLIOGRAFIA

LÉVY, Piere, *As tecnologias da inteligência*, São Paulo, Editora 34, 1998.

LIMA, Degislano Nóbrega de & TRUDEL, Jacques, *Teologia em diálogo*, São Paulo, Paulinas, 2002.

MATTELART, Armand e Michèle, *História das teorias da comunicação*, São Paulo, Loyola, 1999.

MARTIN-BARBERO, Jesús, *Dos meios às mediações. Comunicação, cultura e hegemonia*, Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

OLIVEIRA SOARES, Ismar de, *So-*

cidade da Informação e da Comunicação, São Paulo, Cidade Nova, 1996.

SASSI, Silvio. Cristo: conteúdo, método e meta della missione paolina nella cultura di comunicazione. In: 8º Capitolo Generale Figlie di San Paolo, Atti, Ariccia, 2001.

Irmã Vera Ivanise Bombonato pertence à congregação das Irmãs Paulinas, é doutora em teologia dogmática, responsável pela área teológica da Paulinas Editora e membro da Equipe de Reflexão Teológica da Conferência dos Religiosos do Brasil.

Endereço da autora:

Rua Pedro de Toledo, 164

São Paulo - SP

CEP 04039-000

e-mail: vera@paulinas.org.br

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

- 1 Identifique de que modo a cultura da comunicação está influenciando sua vida pessoal, comunitária e o exercício da missão? Como você está reagindo a esta influência? De forma inconsciente e passiva ou consciente e ativa?
- 2 No processo formativo de sua província, que espaço ocupa a formação para a comunicação humana e social?
- 3 Quais os caminhos que sua província deveria percorrer para enfrentar, com discernimento, sabedoria e coragem os desafios da cultura da comunicação?

Homossexuais e Ética Cristã

BERNARDINO LEERS, OFM

O povo de Deus vive num espaço em que, como os pássaros Tuiuius, belíssimos e elegantes, voam palavras grandiosas de amor, justiça, paz, perdão, esperança e tantas outras. Com dois pés no chão, porém, os fatos de discriminação, intolerância e exclusão surgem e confirmam-se por todos os lados.

Mal escondida em baixo do pano do silêncio, a discriminação dos homossexuais continua a contaminar e impedir a convivência fraterna na Igreja e na sociedade. Problemas de discriminação, a história eclesiástica os conhece desde a carta de São Tiago e o primeiro Concílio de Jerusalém. Hoje em dia, o processo de libertação pessoal e social dos homossexuais chama a atenção. De um lado, em várias formas, os homossexuais se reúnem e fazem suas manifestações em praça pública, doutro, estão sendo ligados à divulgação de AIDS e escândalos de padres e religiosos por abusos sexuais. A opinião pública tende a confundir tudo, apesar da ausência total de verificações científicas. Pela convocação das autoridades eclesiásticas norte-americanas em Roma, a vaga nuvem de suspeitos se levantou, que atinge também os homossexuais, incluindo-os num círculo de tolerância-zero.

Esconder em baixo da mesa fatos humanos importantes em número e espécie é uma tática de camuflagem que, de um lado, arrisca que as feridas

da sociedade apodreçam, e, doutro, que as vítimas encontrem ainda maiores resistências à sua libertação. Pela ampla divulgação pelos meios populares de comunicação e o próprio processo da emancipação dos homossexuais, revoltando-se contra sua marginalização e perseguição, não é mais possível deixar cada pessoa, cada autoridade posicionar-se à sua maneira. Sinais dos tempos se reuniram para pôr em prática a palavra de Jesus, de não colocar a lâmpada em baixo de um caixote, mas acima do candelabro para o Povo de Deus participar o mais possível do diálogo aberto e convergir para uma nova atitude aberta para com as pessoas, caracteristicamente homossexuais, a fim de que possam se integrar harmonicamente nas comunidades cristãs e na sociedade civil.

Atualmente, seguindo o exemplo de outros países, o Estado começou a entrar na área. Pelo congresso, uma lei de união civil entre pessoas do mesmo sexo está tramitando e provavelmente passará. A lei que equipara as expressões de afeto e amor entre pessoas do mesmo sexo e de pessoas de sexo diferente, tanto no setor privado, quanto público, no Estado de Minas Gerais, passou. Para com este tipo de proteção legal, porém, convém lembrar a declaração oficial de igualdade de remuneração entre homens e mulheres no mesmo ofício. Mas pesquisas compa-

rativas ainda falam outra língua. Por lei, ninguém pode chamar um afro-brasileiro de preto, mas a prática popular não está extinta. Leis são reguladoras, orientadoras da conduta, mas os resultados demoram a se confirmar, especialmente se tradições de longa data entram em jogo.

Com a terminologia atual de homossexual, repete-se algo semelhante à palavra homem, que indica em sua ambigüidade tanto o gênero masculino, quanto os dois gêneros de seres humanos masculinos e seres humanos femininos. De invenção recente para indicar o reconhecimento de uma identidade específica nova e minoritária da humanidade, refere-se à pessoas humanas em sua presença global, mas também somente às pessoas masculinas, chamando então as mulheres de lesbianas ou lésbicas que tem sua origem num mito da Grécia antiga. Neste estudo, o termo homossexual focaliza principalmente a representação masculina. Na cultura latina, as mulheres parecem ter maior liberdade em suas manifestações afetivas entre si do que os filhos de Adão e sofrem menos crítica ou discriminação. Pelas suas publicações, as mulheres mostram que não precisam de palavra de um homem (masculino) para analisar a identidade, relacionamentos e qualidades de lesbianas. Entre elas há um número crescente de graduadas em ética filosófica e teológica, para aprofundar a temática, cujos dados as ciências humanas empíricas internacionais fornecem em abundância. Semelhanças não faltam, mas as distâncias em percepção, compreensão, continuam.

1. O ponto de saída

O termo "homossexual" não é feliz, porque concentra a atenção ao sexo, por causa da discriminação ligado à promiscuidade e todos os pecados mortais que a tradição ética cristã conhece. Também o americanismo "gays" não soa bem, porque a alegria não é exatamente a marca registrada de pessoas, condenadas na opinião pública à clandestinidade e à angústia fechada de quem se sente como fosse um não-homem, um ser inferior ("untermensch"). No entanto, tentativas de introduzir termos melhores não chegaram a decolar e se integrar na linguagem popular. Nem homofilia que propõe amor, amizade, gostar de outro homem igual, nem homotropia, emprestado do mundo botânico, foram capazes de ganhar cidadania. O jeito, então, é ficar com um termo que não é apenas híbrido, mas deixa a pessoa humana em sua singularidade escondida atrás de uma qualidade energética parcial, comum a todos os seres humanos. A sexualidade, tal como se apresenta, é o material que a pessoa há de assumir e integrar pela responsabilidade do seu agir na personalidade que vai formando em si mesma e em relação com os outros. De qualquer maneira, só se pode remar com os remos à disposição.

Os centros produtivos não são o sexo, a sexualidade, o sexualismo, todos abstrações, mas as pessoas vivas na condição de peregrinos terrestres. Atos sexuais não existem senão em pessoas que agem, condicionadas em sua conduta responsável pelo contrato do grupo, da sua sexualidade humana e cultura de que fazem parte com seus talentos e limitações. Cultura e socie-

dade de pertença criam e mantêm papéis sociais para cada um em seu lugar e status, e formam expectativas para com a conduta que vivem nestes sistemas, visto que, todas as pessoas são sexuadas, também a sexualidade funciona dentro deste esquema personalista, seja de homem, seja de mulher, seja hetero, seja homo. Se a percepção tradicional somente conhecia dois gêneros aparentemente uniformes, ou a modernidade descobriu uma percentagem pequena de homossexuais e lesbianas, não muda o quadro global. Direitos e deveres, valores e desvalores estão fundamentalmente ancorados nas pessoas humanas, pois elas são os verdadeiros agentes morais. Homo ou hetero vem em segundo lugar, um lugar dependente.

Na reflexão moral tradicional o costume é começar com uma definição essencialista do objeto de que a norma, seja obrigação, seja proibição, é determinada. As regras de conduta ética, codificadas desde Hamurabi e Moisés até hoje pela Igreja, não são a peça principal da história humana. Quem de fato produzem valores morais ou os destroem, são as pessoas humanas conforme o símbolo antigo da árvore da experiência do bem e do mal no paraíso. Estas pessoas humanas, homens e mulheres, não são fórmulas abstratas, mas vivas, cada uma com seu nome, história, condição humana e contexto próprio. São as pessoas concretas, os agentes morais que constroem o mundo terrestre.

Já muito cedo em sua vida, as pessoas humanas descobrem que não são ilhas isoladas. Dependem de outros, convivem com outros, são condiciona-

das em seu agir e reagir por outros. Igualmente dependem do ar para respirar, dos frutos da terra para se alimentar, da água para beber, do ambiente rural ou urbano em que circulam. Agentes morais são sempre seres humanos que vivem dentro de um sistema de relações humanas. A pessoa humana é sempre pessoa em contexto, social, cultural e ecológico.

Aos poucos, a pessoa se conscientiza de ser pessoa sexuada, homem ou mulher. No entanto, a diferenciação entre as pessoas que pisam na mesma terra e moram no mesmo ambiente não é apenas entre estes dois gêneros. Enquanto a heterossexualidade domina o quadro social, há também uma porcentagem limitada de pessoas homossexuais, cuja inclinação, imaginação, sentimentos e desejos estão orientados para pessoas do próprio gênero.

Aqui o problema moral começa. Na descoberta de sua homotropia, o homossexual encontra em sua convivência estranheza, ridicularização, rejeição, perseguição e marginalização, obstáculos sérios à sua natural libertação. Na cultura ocidental, chamada cristã, há uma forte resistência social à aceitação dos homossexuais, condenados a esconderem sua identidade e vivem na clandestinidade.

2. Mediações das ciências humanas

O impressionismo quase jornalístico fornece o primeiro material à reflexão ética, funcionando uma imagem do "ethos" popular em que os heterossexuais dominam a sociedade e suas regras e expectativas sociais. Pelas muitas pesquisas e estudos empíricos da psicologia, sociologia, antropologia

cultural, biologia e até genética, esta imagem global se deixa aprofundar e especificar melhor. Desta maneira os homossexuais (e também os heterossexuais) não se perdem na massa vaga de um conceito essencialista, mas ganham traços individuais e se manifestam em suas condições e propriedades pessoais. Afinal de contas, nem os pais, nem Deus, nem casais humanos criam categorias ou gêneros; criam pessoas individuais sempre diferentes, com rostos e talentos próprios. Os seis bilhões de seres humanos que povoam atualmente a mãe-terra não são cópias-xerox ou robôs, mas cada indivíduo é diferente, comunicando-se com outros, e segue seu caminho, acompanhado por muitos, eventualmente atrapalhado. Que os homossexuais no ocidente falem!

Por que se trata de um tabu tradicional, cercado de preconceitos e proibições? A história da cultura e da ética se tornam uma fonte importante de compreensão. O estudo da história tem seus próprios riscos. Facilmente idéias, atitudes e interpretações de hoje são projetadas para trás, sem que as diferenças axiológicas sejam percebidas. Além disso, especial sensibilidade precisa entrar para os comportamentos do passado serem entendidos em seus próprios contextos culturais da época. Sem olhar normas morais em suas origens, sua motivação inicial e a variedade de suas interpretações históricas, estas normas ganham a característica errada de “sempre foi assim”.

No passado da teologia moral cristã, a terminologia usada era de atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo

que eram contra a natureza humana. O contexto da reflexão era a procriação e o casal, pois o homem era para a mulher e a mulher para o homem.

3. Pinceladas históricas

O termo homossexual é moderno, da segunda parte do século XIX. Foi criado por um médico húngaro na Inglaterra, que juntou a palavra grega “homos” (igual) e a palavra latina “sexus” (sexo). Em sua autobiografia, editada sob pseudônimo, ele se confessava uma exceção à regra, pois sua orientação afetiva sexual é completa e exclusivamente para homens só. A novidade está aqui quebrando o monopólio do “heterossexual”, termo que, em resposta, foi divulgado no início do século passado. Aos poucos, a percepção foi se divulgando de que pequena percentagem de pessoas, tanto homens, quanto mulheres, são autênticos homossexuais. Na literatura científica também se fala de homofilia ou homotropia, a fim de evitar a concentração na sexualidade orgânica. A pessoa humana é mais importante do que a sexualidade que lhe pertence. Diante desta descoberta, reconhecida também pelo Magistério eclesial, a argumentação tradicional precisa ser criticamente analisada.

À reflexão ética teológica não só a origem e a história de normas interessam. Os muitos manuais da moral, escritos depois do Concílio Tridentino para a formação de confessores, já abrem o horizonte para os pecadores reais que procuram os confessionários, com suas experiências pessoais de pecado e culpa. Enquanto na perspectiva social a tolerância e até o silêncio

surtem diante de certas condutas contrárias ao código oficial, da parte das pessoas entra a vivência pessoal em todas as suas gradações das infidelidades, covardias e malícias para com Deus e os próximos, vítimas das iniquidades dos outros. Pois no confessional não é o código normativo que vem primeiro, mas o pecador que Deus quer reconciliar consigo pela mediação do seu ministro sacramental. Esta tarefa exige mais do que conhecimento teórico, sensibilidade e compreensão de o que, de fato, os pecadores fizeram em sua caminhada para Deus.

Para entender as consciências dos pecadores e suas responsabilidades no mal, não basta a compreensão global da condição humana dos filhos e filhas de Adão e Eva de Gn 3. Sendo uma ciência prática, sua reflexão há de “localizar” a experiência dos pecadores que Deus gosta tanto de passar em seu contexto de tempo e espaço vividos. Assim, na área brasileira, a atmosfera do pansexualismo, alimentado pela propaganda e meios populares de comunicação influencia a conduta factual dos cristãos, especialmente da juventude. Na perspectiva do passado, a abolição tardia da escravatura, sem restituição nenhuma, deixou seus vestígios. A herança ficou de moleques abusados pelas “brincadeiras” dos meninos brancos da senzala, mas principalmente as mulheres escravas ficaram marcadas pela descoberta dos proprietários de que o meio mais econômico de aumentar seu plantel de escravos era engravidar as escravas.

Na época colonial a zona boêmia podia começar atrás da igreja. Em contraste com esta tolerância, porém, o

rigorismo do neo-jansenismo francês, importado via Portugal e por santos missionários, foi criando uma esfera de medo, negativismo, severidade e pecadofobia com seus diabos e penas do inferno. Várias vezes, o Santo Ofício tem condenado teses deste sistema negativo e sombrio, no entanto, com pouco resultado, porque o estatuto em relação à sua autoridade na Igreja estava insuficientemente formado. Enquanto a libertinagem dos homens para com mulheres era mais ou menos tolerada e deixava pouco espaço para atos sexuais dentro do gênero, as moças e mulheres honradas eram cercadas de pecados mortais, pois na área do sexto e nono mandamento não havia nem há matéria venial.

Nos últimos decênios grande parcela da juventude feminina está se emancipando da dupla moral de que suas mães e avós foram vítimas. Atualmente lesbianas encontram maior tolerância e espaço público do que os homossexuais masculinos num país que se prima por assassinatos de homossexuais assumidos. Nestas condições, uma lei de união civil arrisca ser uma espada de dois gumes. De um lado, dá mais estabilidade e segurança às convivências deles, doutro, acirra a raiva do machismo.

4. Argumentos tradicionais

Na tradição moral cristã, o “comércio carnal” entre homens era chamado sodomia, referência direta à saga de destruição de Sodoma e Gomorra, contada em Gn 19). Muitas vezes citada na Bíblia e na literatura rabínica, a tragédia das duas cidades serviu de símbolo de todas as formas de

iniquidade e infidelidade humanas, na interpretação religiosa judaica castigadas por Javé com enxofre e fogo. Nunca, porém, o abuso que um grupo de homens de Sodoma queria fazer dos hóspedes que Ló, um estrangeiro, tinha recebido em sua casa, é mencionado, como se este caso de desrespeito da lei da hospitalidade fosse ligado à destruição. Naqueles tempos era costume humilhar ao extremo inimigos vencidos, abusando deles como se fossem mulheres, já por si uma “segunda categoria”. A idéia era de que, na procriação, o homem fornecia ativamente a semente, o novo ser, enquanto a mulher era apenas passiva, a terra que faz brotar a semente. Somente na época moderna a ciência descobriu que a contribuição genética para a formação do novo ser era igual da parte do homem e da parte da mulher.

Apenas na época de Jesus, quando o helenismo penetra com seus costumes em Israel, o filósofo judaico Philo começa a ligar a destruição de Sodoma e Gomorra, causada provavelmente por uma calamidade cósmica, à ameaça de violência sexual dos dois hóspedes de Ló. Esta releitura lhe serviu para proteger a cultura moral religiosa de seu povo contra certos tipos de prostituição masculina, conhecida na Grécia pagã religiosa. Assim a palavra sodomia se formou e foi entrando na moral cristã também. A este fenômeno cultural São Paulo se refere com seus termos gregos que infelizmente são traduzidos ainda até hoje em várias traduções pelo termo “homossexual” moderno que não tem o sentido de prostituição, abuso e humilhação.

Em toda a história da Bíblia e da teologia moral cristã, um pressuposto implícito nesta matéria é que a natureza humana sexual está orientada universal e culturalmente ao outro gênero: homem é para mulher e vice versa. Desde um século e meio, no entanto, a consciência coletiva está se convencendo do fato que há uma certa percentagem de exceções. Pessoas há que desde cedo se sentem atraídas por representantes de seu próprio gênero. Sua maneira de se desenvolver, realizar e integrar na sociedade é inevitavelmente diferente e não se confunde pela sua alteridade a grande maioria, mas também enfrenta sérias resistências e marginalização preconceituosa na sociedade em que procura seu lugar justo. Infelizmente certas Igrejas evangélicas propagam a cura de homossexuais autênticos, mas para eles não há cura no sentido de se tornarem heteros. Aconselhar-lhes o casamento é causar o sofrimento e frustração dos dois.

5. Uma abertura bíblica e ética

Seria uma verdadeira utopia pensar que discriminações se deixam implodir, desmantelando os argumentos racionais de praxe. Discriminações não são simples fenômenos pessoais, resultado de encontros fracassados na vida particular. São fenômenos sociais diversos, cujas raízes se perdem na história, embutidos na intimidade de culturas que cada ser humano que entra no mundo vai absorvendo antes de chegar aos “anos da razão”. Sejam contra mulheres, negros, judeus, pobres, operários, índios ou homossexuais, sempre a raiz está na incapacidade de grupos sociais aceitarem e respeitarem a

alteridade dos outros. As razões explicativas são construções posteriores que procuram camuflar em paz a capacidade sensível limitada de aceitar as diferenças de linguagem, maneiras de viver de outros povos, etnias ou grupos sociais. Por cima da estranheza e barreiras de entendimento, surgem a agressividade, o desprezo, o ódio que repercutem em perguntas históricas, se mulher, negro, índio tem alma ou se homossexual é pessoa normal. Em vez de aceitar, aproximar-se e compreender o outro, a discriminação o rebaixa, ignora os valores da pessoa que ele é e chega até a exterminar o outro. Que falem, mais uma vez, o holocausto e o sofrimento de excluídos aos milhões.

A pergunta veio direta e sem introdução: “Um homossexual pode ainda viver na Igreja católica”? E uma outra pergunta: “Por que não me deixam viver em liberdade, se Deus me criou assim”? Letras impressas são frias demais para comunicar e fazer sentir a insegurança, a angústia e a revolta que se esconderam nestas perguntas pessoais. No evangelho, Jesus se comunica a um povo faminto, com sede, angustiado nas tempestades da vida, sofrendo sem médico, ferido sem samaritano na pista, pecador desprezado pelos fariseus. Em resposta, Jesus deu sua vida para abrir um horizonte de esperança, amor e justiça a este povo. Para sua Igreja, Povo de Deus, vale sua totalidade: como eu vos fiz, façam vocês também, tornando-se próximos verdadeiros uns dos outros.

5.1. A missão eclesial de reconciliar

Em sua formulação dogmática muito larga sobre o sacramento da penitên-

cia, o Concílio Tridentino (séc. XVI) cita o texto de Jo 20,22 “Recebei o Espírito Santo. Aqueles a quem perdoardes os pecados ser-lhes-ão perdoados”. Certamente, a raiz da formação histórica do rito sacramental da reconciliação eclesial está aqui. Apesar do fato de que o Concílio entende por “peccata”, pecadores de culpa grave subjetiva, deixando aberta a possibilidade de uma visão mais ampla do serviço do perdão, fica o risco de uma redução da missão reconciliadora dos cristãos ao espaço do confessional na relação do penitente com o confessor. Tanto a longa série de manuais da teologia moral para a formação de confessores, quanto a mentalidade de tantos fiéis mostram que este risco de restringir o horizonte de nova vida, aberto pela morte e ressurreição do Senhor, não é fantasmagórico.

O texto conciliar e as discussões em redor dele não permitem reduzir a amplitude da missão reconciliadora que foi dada por Jesus, o Cristo, à sua Igreja, o Povo de Deus. No Novo Testamento, as mensagens de perdão e de reconciliar com seu irmão são frequentes da parte de Jesus. Seu modo de ir atrás de pecadores para que se convertam e sua facilidade de perdoar e “passar por cima” são claros. Ele não exige de seus discípulos a perdoar setenta vezes sete, sem Ele mesmo sempre estar pronto de realizar a reconciliação e a nova vida para qualquer pecador. Mateus fornece até uma escala de perdão em Mt 18,15-18. Com sinceridade pedir perdão a Deus e não recebê-lo é um verdadeiro contra-senso. Conforme a promessa de Jesus e a história de sua Igreja, sacramento da íntima união

com Deus e da unidade de todo gênero humano a alcançar (LG 1), o Espírito Santo e, por Ele, a missão de reconciliação com Deus e o mundo humano não são monopólio do clero, mas graça oferecida a todos os fiéis, até além das fronteiras da Igreja terrestre. Na expressão de São Paulo apóstolo, todos os discípulos de Cristo Jesus são templos do Espírito Santo que ilumina os agentes éticos responsáveis de dentro para fora no mundo.

Na convivência interna a irradiação evangélica pelo mundo ocidental, o Povo de Deus sofre e enfraquece pela endemia da discriminação para com os homossexuais. O discurso sobre a unidade no Espírito e a celebração comunitária da Eucaristia não são capazes ainda de vencer a distância que se formou entre a alteridade homossexual e a alteridade heterossexual que domina a vida social fora e dentro da Igreja. Pois, não é a pluralidade na unidade, numa forma neutra que se manifesta, mas a distância vertical que condena os homos a marginalidade, desprezo e clandestinidade. Porque o desafio ético está embutido na cultura tradicional e não se resolve simplesmente no nível de pessoa a pessoa. Como no racismo é possível ser amigo de um homem de outra raça e, assim mesmo, ser racista, também para com um homossexual alguém pode ter admiração e bom relacionamento, mas discriminar em geral os gays e acusá-los de espalhar AIDS.

5.2. A dupla conversão

Cristãos estão acostumados a ouvir a síntese da mensagem evangélica: Converti-vos e crede no Evangelho.

A rotina orienta esta conversão a Deus, a Jesus. O céu é o trono de Deus. Mas o poder de seu amor e graça vitalizante se estende sobre o universo criado e concentra na celebração eucarística, para onde tudo converge e de onde tudo emana. Pelo convívio de Jesus, o Verbo encarnado, ficou mais evidente ainda a responsabilidade dos cristãos no mundo atual. A bênção de Javé à humanidade, que consta no primeiro mito da origem, já abriu a consciência dos fiéis de que são colaboradores que Deus assume e orienta para evoluir seu Reino. A vida e exemplo de seu Filho fortifica e estimula os peregrinos terrestres para unificar o que está separado e vencer as barreiras que as alteridades às vezes grandes, apresentam da parte dos outros, chamados na liturgia divina-humana irmãos e irmãs.

Na Antiga Aliança o primeiro e o segundo mandamento são iguais e reúnem no mesmo amor a praticar Deus, o próximo e a própria pessoa. Provação para o brio nacionalista dos ouvintes, a parábola do bom samaritano termina com a tranqüila orientação de Jesus: Faças tu o mesmo. São João sintetiza a missão dos discípulos de Jesus com o novo mandamento: Amai-vos uns aos outros, que se torna pela práxis o termômetro do amor a Deus. Onde a árvore da experiência do bem e do mal está plantada no centro das atividades humanas, a conversão faz parte integrante da caminhada do cristão terrestre que ouve a palavra amor, mas cujas práticas nem de longe ainda não chegaram à perfeição.

Neste contexto cristão, a solução ética da discriminação contra os homossexuais exige da parte dos agentes

morais um processo de conversão de mão dupla. Em visita – serviço à Isabel, Maria, mãe de Jesus, cantou entusiasmada a glória de Deus, que tira os poderosos de seus tronos e exalta os humildes; dá fartura aos pobres e deixa os ricos sem nada. Do lado dos homens, o movimento da conversão é duplo, de cima para baixo e de baixo para cima, também se o tema é discriminação de homossexuais ou homoafetivos. A grande maioria discriminadora dos heterossexuais que, em toda sua variedade, se acha a normalidade e mantém o monopólio da norma ética, há de descer deste trono imaginário e instalar sua vida no nível igual de todas as pessoas humanas e seus direitos fundamentais iguais. Doutra lado, a opressão é exclusão em que os homossexuais estão presos, com poucas exceções de deixar seu gueto, libertando-se por um processo organizado de emancipação social, ocupar seu justo lugar na construção de uma sociedade fraterna e enfrentar as resistências tradicionais contra sua presença e colaboração na edificação mútua de que fala o apóstolo São Paulo.

5.3. Pessoas humanas afetivas e sexuadas

Comum aos seres humanos, homens e mulheres, jovens, idosos, de qualquer cultura ou etnia, é o fato que todas são pessoas afetivas sexuadas. Isolada praticamente do corpo teológico da Idade Média, a teologia moral pós-tridentina, desenvolveu em sua elaboração os traços da negatividade, a especificação dos pecados, o medo do pecado, com sua sequência de demônios e penas do inferno, mormente na literatura

devocional e catequética. Pela influência do neo-jansenismo entrou via o clero, uma onda de rigorismo e severidade moral. Embora os manuais de teologia moral não gastem muitas páginas com a exposição do sexto e nono mandamentos, a esfera global é de proibição, todos sob a condenação de pecados mortais objetivo. Até maus pensamentos e desejos eram pecados. Não a caridade, mas a castidade se tornou rainha das virtudes em certas publicações devotas. Regras para dirigir pessoas escrupulosas entraram nos tratados sobre a confissão ou impedimentos do ato humano. Só na época do Concílio Vaticano II, novo ar, mais humano, entrou na reflexão moral.

Proibições e tabus costumam provocar a curiosidade humana, tornar-se tentações especialmente no campo sexual e dar um forte estímulo à indústria pornográfica e ao consumo de seus produtos. Nem o rigorismo supressivo passado, nem a libertinagem sexual contemporânea mudaram este padrão humano. Na perspectiva ética, conseqüentemente, a pergunta não se evita: o que estes homos fazem com necessidades afetivas e sua sexualidade, e o que podem licitamente fazer? Dentro do quadro da discriminação tradicional, o céu da reflexão fica nublado de nuvens de promiscuidade, sujeira, transmissão de doenças, prostituição, escândalos, sensacionalismo. Para contrabalançar esta ânsia de codificar normas na fronteira do mal, é bom lembrar que, no passado boa parte da Igreja católica e de outras Igrejas cristãs toleraram a violência da Inquisição, a prostituição, a colonização e exploração de outros povos, na base da cruz e espa-

da, a escravidão e suas crueldades e as guerras em que ambos os beligerantes foram bentos em nome de Deus. Mesmo se a lei é considerada mutável, rigorismo e tolerância lutaram na história pela preferência.

Recentemente o Papa João Paulo II declarou: “A missão evangelizadora da Igreja é essencialmente o anúncio do amor, da misericórdia e do perdão de Deus, revelados aos homens através da vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo, nosso Senhor”. (Encarte CNBB, nº 631, 06/06/2002). Confiando no amor reconciliador de Deus, a reflexão teológica ética não procura em princípio, colecionar e detalhar pecados, abusos e ofensas, mas analisar e comunicar o vínculo da perfeição entre os homens que é a caridade, expressa na compreensão paciente, benignidade humilde e leal diante dos outros em suas alteridades próprias. Por Cristo no meio da comunidade do Povo de Deus, o cristão se abre e se liberta para atender também o pedido dos homossexuais: Irmãos, o que temos de fazer para entrar no Reino de Deus?

5.4. O diálogo das consciências morais

A formação doutrinária e atitudinal do cristão está profundamente ligada a muitas tradições normativas, de modo que a tendência de ficar repetindo as mesmas frases que foram aprendidas é mui tentadora. Que certos homens têm uma orientação fundamental de vida para pessoas de seu próprio gênero é uma novidade que apenas faz um século e meio começou a se divulgar. Só recentemente este fato foi reconhecido pelo Magistério eclesial. A esfera em

que sua existência amadurece e se projeta é atração, amizade, amor, apoio mútuo, engrenagem afetiva para com outro homem. Não conhece a esfera tradicional de vergonha de homem se comportar como se fosse mulher, abuso de dominação que humilha o outro, violência sexual contra inimigo vencido. Quando séculos depois de Cristo, a ética coloca a natureza humana abaixo da normatividade sexual, ainda não se conhecia a novidade de o que hoje em dia se chama homossexual.

No entanto, a experiência antiga deixa certas lições orientadoras. Também o “novo” homossexual não aceitará nem o abuso de sua dignidade de ser humano nem o domínio explorador do “companheiro”, nem a humilhação, como se fosse apenas um objeto útil, mas descartável. Amizade sem respeito mútuo e reconhecimento mútuo dos direitos de cada um é a negação de um projeto ético de vida de um homos. Não é apenas a pressão de fora que ameaça a formação de uma amizade estável que cria raízes cada vez mais fortes e resistentes na hora de mal entendidos e conflitos. A ameaça vem também de dentro, principalmente pelo ciúme. A insegurança de fora é capaz de deixar crescer um senso totalitário de posse do outro que se sente escravizado e tolhido em sua liberdade.

Aristóteles, o pai da ética ocidental, abre um outro caminho ainda. Ética não cai do céu como chuva, mas assume e analisa o material do “ethos”, o sistema de valores, ideais, costumes e expectativas de conduta entre o povo. Por causa de séculos de opressão sexual e gueto, a experiência de vida de homossexuais ficou escondida ou se perdeu

nas suspeitas de abusos mais ou menos clandestinos. Em processos de emancipação para a liberdade participativa, o primeiro passo prático é deixar as vítimas falarem e se comunicarem a respeito de sua maneira e seu desejo de viver, se realizar e conviver. Quebrar o silêncio imposto é abrir uma nova mina de material para criar em conjunto orientações justas e prudentes, não para, mas da parte dos homossexuais. Se eles são cristãos, não apenas tem uma consciência moral que distingue o bem e o mal a fazer, mas assumem a expressão de São Paulo, que são templos do Espírito Santo que ensinará toda verdade. Pelo diálogo aberto, a reciprocidade das consciências morais estimulará a formação de um caminho de “traduzir” o Evangelho em vida e convivência de homossexuais entre si e com os outros. A confirmação pela autoridade eclesial completará a obra ética.

Neste processo o tempo tem um papel especial. O homem medieval já sabia que Roma e Colônia não foram construídas em um só dia, e não vão mudar seu perfil em apenas uma hora. O início do diálogo não é o fim já feito, mas abre a caminhada, sem dúvida longa de que se espera que a cabeça fria aproveita o calor do coração, sem se deixar dominar e terminar no brejo.

6. Vocações religiosas e sacerdotais

Na esfera da CNBB, uma equipe de especialistas foi formada para fornecer uma orientação prudente ao problema dos homossexuais em relação à vocação e vida sacerdotal e religiosa. Por isso, basta por agora um pouco de material de reflexão.

1. O problema funciona dentro do quadro global da presença de homossexuais na sociedade e na Igreja com sua sombra tradicional de discriminação.

2. Da parte do(a) candidato(a), vale a pergunta: “se Deus me fez assim, por quê não me pode chamar para ser padre ou entrar na vida religiosa”? Tolerância-zero é anti-evangélica.

3. Na formação inicial e permanente, em qualquer status, padre ou religioso, tentações e desequilíbrios são o risco de todos, porque são filhos de Adão e Eva, bodes expiatórios de todas as fraquezas e maldícias humanas.

4. O amadurecimento e a constância fiel da vocação pela vida terrestre toda encontrarão dificuldades e tentações comuns na sociedade atual ainda pansexual, com duas causas agravantes para os homossexuais:

4.1. O convívio em comunidades, seminários ou casas religiosas, quase exclusivamente de ou homens ou mulheres, com o risco de o que a moral tradicional chamava de “amizades particulares”.

4.2. O povo, também o Povo de Deus, parece ter um faro especial para identificar homossexuais, abrindo a porta à tradicional discriminação e suas conseqüências para o padre ou religioso.

5. Nas pessoas reais e suas vocações, não costuma funcionar apenas em forma pura. Outros motivos mais ou menos conscientes podem entrar, emancipação social, carreira de poder, fuga, comodismo de tudo de graça, etc. No discernimento e auto-crítica do homossexual talvez as maiores deturpações provêm da procura de segurança e aceitação tolerante e de um refúgio

garantido pelo status social do padre, do religioso, da irmã de caridade.

6. Celibato e voto de castidade, assumidos como projeto de vida evangélica, exigem disciplina nas expressões afetivas e corporais com outras pessoas. Embora não convenha ressuscitar a famigerada moral de centímetros e cronometragem, convém respeitar o público em vez de provocá-lo.

7. Como Ulisses entre a Scilla e o Caribdes, os formadores geralmente navegam entre o redemoinho da juventude e a rocha da autoridade que no fim decide. De um lado, entra uma juventude insegura, imatura e manipulada pela mídia, ambiente cultural confuso e mercado em que a propaganda oferece de tudo quanto há de material e espiritual; doutro, o formador fez o que fez, dá seu parecer, mas é o supe-

rior que decide, informando-se da qualidade do candidato, mas também olhando a necessidade de encher espaço de seu instituto com mais funcionários no programa pastoral projetado. Critérios para decisões podem ser bem fundados e formulados. Mas o próprio processo decisório é capaz de deixar o formador entre dois fogos.

Uma consulta ampla entre os(as) formadores(as) dará muito material para refletir e discutir o assunto. Também a pesquisa de Padre Gino Nassini, *Um espinho na carne*, (Ed. Santuário, Aparecida, 2001, com sugestões válidas e longa bibliografia) presta bons serviços.

Endereço do autor:

Caixa Postal 16

35500-010 DIVINÓPOLIS - MG

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1 O que você e sua comunidade pensam de homossexuais masculinos e femininos?
- 2 A Sagrada Escritura contém normas para o relacionamento entre homossexuais? Quais?
- 3 A natureza ou dignidade humana permite tirar conclusões sobre a conduta de homossexuais?